

Faltam 15 dias para a Festa!

- Último sorteio da EP, sábado em Sesimbra
- Excursões de vários pontos do país convergirão no próximo fim-de-semana para a Ajuda
- Sábado e domingo: um passo decisivo para a construção da Festa
- Multiplicam-se as iniciativas (com carácter diverso) de promoção e divulgação da Festa



Págs. 3/4/5

Os artistas da Festa



A música brasileira

Governo Mário Soares - política da «AD» reforçada

Ler Editorial na pág. 2

Suplemento

A CRISE

Uma indecente manobra

De acordo com o que se sabe, o governo de Mário Soares, após a sua vitória eleitoral, decidiu lançar uma manobra política que se revelou indecente. A manobra consistiu em apresentar ao Parlamento um projeto de lei que alterava a constituição do Conselho de Estado, órgão máximo da administração pública. Esta manobra foi considerada indecente porque visava a alterar a estrutura do poder executivo sem a devida participação do povo e dos seus representantes no Parlamento.

Câmara APU de Benavente De «casa de confusão» a empresa de eleição

Henrique Custódio

A Câmara APU de Benavente, um ex-celente exemplo de eficácia dos comunistas e seus aliados nas Autarquias, transformando municípios autênticos em «empresas de bem servir» e concelhos em «casas de confusão».

O PCP e a luta das mulheres Antes e depois do 25 de Abril

Alda Nogueira

Antes e depois do 25 de Abril, as mulheres lutaram e lutam ativamente pela sua emancipação. O PCP tem sido uma força motriz nesta luta, promovendo a igualdade de direitos e a participação das mulheres na vida política e social.

Argentina As Avós da Praça de Maio

Argentina, mulheres, mães, avós. Procuram incansavelmente a paz e a liberdade. As Avós da Praça de Maio são um símbolo da resistência e da luta pela democracia na Argentina.

SEMANA

17

Quarta-feira

O projecto de lei sobre a suspensão dos contratos de trabalho — o chamado «lay-off» ... —, sobre o qual o Governo iniciou a chamada dos «parceiros sociais», suscita as primeiras reacções. Enquanto o patronato da CCP acha que a lei deve ser tornada «mais operacional», a UGT admite-a «se» negociada com dirigentes sindicais e «se» para viabilizar empresas. A CGTP-IN, numa primeira apreciação, afirma: «é a concessão de todas as facilidades ao patronato para fazer despedimentos». ■ A greve de 48 horas na RDP inicia-se com uma percentagem de adesões que rondará os 80%. As emissões mantêm-se no ar graças a ligações automáticas (FM) e ao trabalho de chefes — um director de informação incluído ■ O Departamento de Justiça do Governo dos EUA confirma que oficiais norte-americanos ajudaram o criminoso nazi Klaus Barbie — o «carnicero de Lyon» — a escapar à justiça francesa e a refugiarse na Bolívia, onde viveu pelo menos desde 1951.

18

Quinta-feira



Lury Andropov

A CGTP-IN recusa totalmente o projecto de lei dos despedimentos, após audiência com o ministro do Trabalho. O projecto, segundo a delegação recebida, permitiria «o despedimento de cerca de 90% dos trabalhadores» e arreda os sindicatos do processo de suspensão dos contratos de trabalho, a negociar entre o patronato e (as) comissões de trabalhadores. Para a CIP, trata-se de «um instrumento que poderá permitir a resolução de algumas situações», «que deveria no entanto prever preferivelmente a redução dos horários de trabalho». ■ Recebendo no Kremlin uma delegação de senadores norte-americanos, Lury Andropov afirmou o compromisso da URSS de não instalar no espaço qualquer arma anti-satélite enquanto outros países, incluindo os EUA, o não fizerem. Este propósito enquadra-se num acordo mais vasto proposto pela URSS visando a proibição de ensaios e instalação de armas no espaço.

19

Sexta-feira

Confirmados aumentos médios dos transportes, da ordem dos 30%, a partir de 1 de Setembro. O último aumento geral dos transportes, também de cerca de 30%, verificara-se em Janeiro. Um vespertino recorda que em 2 do corrente mês o secretário de Estado dos Transportes afirmou que não haveria novo aumento «antes do fim do ano» ■ O Conselho de Ministros declara a Gelmar em «situação económica difícil», prevenindo «a eventual suspensão de postos de trabalho»; quanto à Setenave, entre outras medidas pró «redimensionamento» cuja elaboração foi decidida prevê-se «a racionalização do quadro dos seus trabalhadores, com dispensa daqueles a quem não possa ser assegurada ocupação» ■ As OTR's da Indústria Naval, Pescas e Marinha do Comércio decidem em Setúbal exigir do Governo a participação na discussão das propostas e medidas que venham a ser adoptadas nos sectores ■ O ministro dos NE da RFA considera «construtiva» a decisão da URSS de não ser a primeira a colocar armas anti-satélite no espaço

20

Sábado



Água: mais 20%

Bacalhau, frango e ovos — os aumentos do dia. Assim como a água, que se prevê sofrer um aumento de 20%. O último aumento da água, fixado por portaria de 5 de Março e que atingiu nalguns casos 100%, pretendia — disse-o então o Governo — colocá-la no consumidor aos «preços reais»... ■ Cerca de meio milhão de seareiros de tomate, com camionetas e tractores, bloquearam ontem a EN n.º 10, junto à ponte de V. Franca, reivindicando o preço de 6\$50 por quilo da produção nesta campanha, contra os 5\$00 e 4\$20 determinados pelo Governo. Desalojados por cerca de 200 guardas da GNR, afirmaram: vamos continuar a lutar ■ A intervenção militar francesa no Tchad intensifica-se, com a partida de um novo contingente de 450 para-quedistas e avanços territoriais de forças franco-zaienses, apesar do cessar-fogo que teoricamente há uma semana vigora. A intervenção francesa é considerada já a maior operação militar em que a França se envolveu desde que há 21 anos terminou a guerra da Argélia.

21

Domingo

Um aumento médio de 20% nos salários e outros benefícios pecuniários, para vigorar durante um ano a partir de 1 de Setembro, foi acordado hoje entre os sindicatos representativos dos cerca de 30 mil trabalhadores dos CTT e a administração da empresa. Segundo a comissão negociadora sindical, o acordo «é o resultado da luta que duramente travámos» ■ Na final da Taça de Portugal-83, o Benfica ganha ao Porto, nas Antas, por 1-0. A final da Taça, que tradicionalmente encerra a época futebolística, acabou por ser o início da que vai começar, protelada que foi por disputas de desportivismo mais que duvidoso entre clubes e dirigentes clubistas e da Federação ■ Benigno Aquino, dirigente da oposição filipina, foi abatido a tiro no aeroporto de Manila quando regressava de um exílio de três anos nos EUA. O assassino foi imediatamente abatido pela polícia, que ocupara anteriormente o aeroporto. A ditadura de Ferdinand Marcos não parece, porém, isenta do crime: um outro dirigente da oposição afirmou que «o governo terá explicações a dar ao povo filipino sobre este assassinato».

22

Segunda-feira



Marcos: «foram os comunistas»...

O projecto de «lay-off» estará, segundo o DN, a receber alterações, antes de ser publicado, na próxima quinta-feira, para «debate público». Sabe-se já que nessas alterações não foi contemplada a reivindicação do Movimento Sindical unitário no sentido de que a aplicação da nova legislação fosse precedida da audição dos sindicatos ■ O governo decidiu suspender parte do Decreto-Lei 297/83, de 24 de Junho (governo Balsemão), de «protecção ao desemprego». É nomeadamente suspenso o subsídio aos desempregados à procura de primeiro emprego, aí previsto — e que não consta tenha sido alguma vez aplicado ■ Segundo o INE, a produção industrial portuguesa estagnou nos 4 primeiros meses deste ano, em relação a igual período de 1982 ■ Crescem, dentro e fora das Filipinas, as acusações ao governo de Manila de cumplicidade no atentado que vitimou Benigno Aquino. Entretanto, o presidente Marcos foi à TV para dizer que «foram os comunistas, interessados em denegir o governo».

23

Terça-feira

Depois da CGTP-IN, Federações e Sindicatos tomam posição contra o projecto «lay-off», cujo texto para «discussão pública» o Governo divulgara amanhã, com alterações que se sabe contemplam no fundamental as exigências dos «parceiros» patronais, nomeadamente (e como acrescento) a redução do horário de trabalho proposta pela CIP. A generalidade dos sindicatos anuncia que mobilizará os trabalhadores contra este cheque em branco ao patronato para lançar milhares no desemprego ■ O Governo anuncia que «desiste» de fundir a ANOP com a NP; encara agora «quatro soluções», todas elas conducentes a despedimentos, e uma delas de novo prevenindo a extinção da ANOP. Entretanto, o Governo continua a não garantir o pagamento dos salários em atraso ■ O Governo brasileiro suspendeu o pagamento dos juros da dívida externa relativa aos países do chamado «Grupo de Paris», que agrupa 16 países. O montante da dívida brasileira em relação a esses países é de 8 bilhões de dólares, e a dívida externa total atinge 10 bilhões de dólares, na maior parte contraída através do FMI.

Editorial

GOVERNO MÁRIO SOARES — POLÍTICA DA «AD» REFORÇADA

Inconsequência, irresponsabilidade, servilismo de classe ante o grande capital e o imperialismo, eis o que domina, neste último quartel dos «100 dias» de Mário Soares, os actos, as declarações e a política concreta da coligação governante.

Claro que a inconsequência diz aqui respeito a um dos parceiros da coligação — o PS — que com o seu secretário-geral e um grupo de falsos socialistas ludibriaram desavergonhadamente os seus eleitores a quem demagogicamente se apresentaram na última campanha eleitoral como oposição política e única alternativa à «AD».

Toda a gente está hoje em condições de ver na prática que o PS dirigido por Mário Soares não era oposição nenhuma nem alternativa nenhuma à «AD», que era, sim, uma reserva das forças sociais e políticas que sustentavam a coligação anterior, como repetidamente afirmaram os comunistas e como ficou demonstrado no processo de revisão antidemocrática da Constituição.

Toda a gente pode hoje constatar que Soares e o seu grupo à frente do PS não somente se aliaram para formar governo com o principal partido e maior responsável pela política de desastre da desfeita «AD», como adoptaram, fizeram sua e deram continuidade e novo fôlego a essa nefasta política antipopular e antinacional que abriu falência e foi claramente rejeitada pela imensa maioria do Povo português nas últimas eleições.

Com o PS e sob a direcção consciente e efectiva de Mário Soares assiste-se mesmo à ressurreição nos arraiais da nova coligação do Poder daquele antigo «logan» que alimentou os velhos sonhos de hegemonia da direita e integrava o plano subversivo da «AD» contra a democracia e o 25 de Abril: «um governo, uma maioria, um presidente» — o «presidente» neste caso, obviamente, o candidato a candidato Mário Soares que reeditaria com muitas probabilidades, até na própria derrota, o papel do outro Soares que ele objectivamente ajudou e foi derrotado nas eleições presidenciais de 1980 — o general de S. Nicolau.

Quando acima denunciámos a irresponsabilidade dos actos e da política da nova coligação governante e o seu rasteiro servilismo de classe baseamo-nos em factos irrefutáveis.

Os compromissos assumidos (os que já se conhecem) pelo Governo PS/PPD na «carta de intenções ao FMI» — compromissos que implicariam medidas de extrema gravidade contra a economia portuguesa — e a nova legislação laboral com efeitos práticos imediatos na situação de centenas de milhares de trabalhadores, são alarmantes.

Sob a direcção efectiva e consciente de Mário Soares, acolitado por Mota Pinto, Portugal está à beira de ser relegado para um papel de aldeia e de simples apêndice das grandes potências industrializadas do mundo capitalista e de fornecedor de mão-de-obra disponível e barata das poderosas multinacionais dos Estados Unidos e da CEE.

A celerada lei do «lay-off» — nome eufemístico na economia capitalista para designar o licenciamento em massa de trabalhadores — é uma verdadeira «lei do bota fora», uma verdadeira institucionalização inconstitucional do mais refinado «lock-out» que tem a particularidade de transferir para o Estado e portanto para todos nós os custos finan-

ceiros da anarquia e dos jogos de interesses dos grandes grupos financeiros e empresas capitalistas.

O Governo Soares/Mota Pinto, que se prepara para impor esta aberrante lei, violando o Artigo 55.º da Constituição que determina a participação dos organismos representativos dos trabalhadores (Sindicatos e Comissões de Trabalhadores) «na elaboração da legislação do trabalho», desencadeia, no momento em que milhares de operários estão em férias, uma brutal ofensiva contra o mundo do trabalho.

O «magnânimo» Governo Soares/Mota Pinto, ante a indignação e os protestos levantados contra a promulgação de tal lei, subiu agora de 60 para 66% o subsídio do «lay-off».

O Governo decidiu desde já aplicar a sua monstruosa lei aos trabalhadores da Setenave que cumpriram escrupulosamente os seus compromissos com a empresa e o Estado e agora se vêem ameaçados de despedimento em massa.

Todo o sector das construções e reparações navais (a Setenave, a Lisnave e a Parry) está agora sob o fogo concentrado dos governantes e dos Mellos, que visivelmente querem impor, nas condições da crise, o seu velho e conhecido plano de reprivatização e reconstituição do antigo monopólio da indústria naval sob o seu controlo e de despedimento de milhares de trabalhadores.

Com a nova legislação multiplicar-se-ão em série os casos de empresas em «situação económica difícil» cujos prazos de despacho foram agora consideravelmente encurtados pelo Governo.

Novas «aberturas» foram dadas ao grande capital privado para atrasar ainda mais o pagamento dos salários. Aos mais de 120 000 trabalhadores nestas condições o Governo projecta acrescentar novos milhares de outros.

É significativo que outra das grandes empresas compradas pelos Mellos, Deutschland, Morgan (M+D+M) — a CIFA, com mais de 1600 operários — se encontre nestas condições sem que nenhuma solução cabal seja adoptada. Situações dramáticas como a dos operários da Fontela; da CIVE e outras atingem duramente muitos milhares de famílias.

Concelhos industriais inteiros estão afectados por esta nova forma de desemprego parcial.

A nova lei de «lay-off» faculta ainda a redução dos horários e do número de dias de trabalho libertando as empresas dos encargos legais até agora impostos em tais condições.

É evidente que a nova legislação do trabalho em perspectiva se insere na lógica dos acordos com o FMI. A «contingentação» prevista de 1 milhão de desempregados para meados do próximo ano começa a operar-se com as novas medidas implementadas pelo novo ministro do Trabalho, o ultra PPD Amândio de Azevedo.

Abertura à iniciativa privada da Banca, dos Seguros, dos Cimentos e dos Adubos; os acordos antipatrióticos já encardados com o FMI — que são colocados como única forma de acesso ao mercado de capitais — as novas leis do trabalho, assim como os projectos de fazer cair em mais de 5% os salários reais dos trabalhadores — que no ano de 1982 os viram já baixar de 2,5%, segundo o Banco de Portugal — as brutais subidas dos pre-

ços, a prática manutenção do tecto salarial de 17% — que Mário Soares prometeu acabar nas «100 medidas» mas que o actual ministro das Finanças defende implicitamente quando condena uma «certa indexação» dos salários que «ainda se verifica» (numa clara alusão aos casos em que o tecto dos 17% foi furado); a formação de novas sociedades privadas de investimento para caçar a poupança interna e as remessas dos emigrantes e subtrai-las à Banca nacionalizada; a venda, em troca de títulos das indemnizações, ao capital privado das empresas públicas e estatizadas pelo IPE; a transferência dos encargos das empresas privadas em dificuldades para o Estado — são medidas de clara interconexão para objectivos centrais do Governo Soares/Mota Pinto e que são: intensificar a concentração e centralização de capitais; acelerar o processo de acumulação capitalista à custa da intensificação da miséria e da exploração dos trabalhadores, reconstituir os antigos monopólios dos Mellos, Champalimaud, Bulhosa, Espírito Santo, Queirós Pereira, Quinas e outros, numa palavra: reconstituir tão rápido como possível o poder económico e o poder político (este já em grande medida expresso no actual Governo Soares/Mota Pinto) do grande capital.

Para tais objectivos a legalidade democrática é para os conspiradores da direita e os arquitectos da recuperação capitalista um estorvo que intentam afastar e tornar inoperante.

Dai o propósito da coligação governante e das forças sociais e políticas que a apoiam de desestabilizar a situação, acirrar os conflitos sociais, reactivar a guerrilha institucional e a desestabilização das Forças Armadas, de recorrer à repressão contra os trabalhadores e o movimento operário e popular de massas.

Daí as ameaças contra as forças democráticas, em particular o PCP cuja ligação com as massas se amplia e fortalece e cuja serenidade e respeito pela legalidade democrática perturba as forças do Poder.

O PCP insiste que há outra saída para a crise, que as objectivas exigências do FMI para as quais Soares, Mota Pinto & C.º estão abertos constituem um crime inadmissível contra o povo e o País.

O PCP insiste que há outra política virada para a mobilização dos recursos nacionais e as energias do nosso povo capaz de abrir o caminho à solução dos graves problemas que os governos de direita e aliados à direita têm criado ao País.

O PCP insiste que uma alternativa democrática é possível e que o Povo português tem instituições e forças suficientes para a impor e levar avante.

A arrumação de forças políticas não só não tem expressão fiel a nível parlamentar como não a tem na base de apoio social dos actuais governantes.

Mota Pinto burla o Povo português quando diz que a maioria do actual Governo é maior do que a de qualquer outro órgão de soberania, numa clara alusão à maioria presidencial que votou no general Eanes.

O deslocamento de forças contra a actual coligação e sua política é um facto incontroverso que abre perspectivas a uma solução democrática urgente da crise actual.

O Governo Soares/Mota Pinto afronta o País. É um dever patriótico das forças democráticas portuguesas removê-lo do Poder.



Esteiros

Soeiro Pereira Gomes

Um livro que foi a alvorada despertadora do horizonte literário nos anos 40

(edição ilustrada)

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL. Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º 1000 Lisboa Tel. 769744 769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725 769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-3.º — 1000 Lisboa Tel. 779829 779825 769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto. Tel. 633908 659615.

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra. Tel. 26394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 766402.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044.

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B — 1100 Lisboa. Tel. 776936 776750. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067.

Composto e impresso na Heska Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/82

Tiragem do mês de Julho: 45 738

PCP

Exposição sobre Vida e Luta do PCP

Milhares de pessoas passaram pelo Palácio de Cristal

Encerrou no passado domingo a exposição sobre a Vida e Luta do PCP, patente durante dez dias no Palácio de Cristal, no Porto.

Muitos milhares de pessoas viram este importante certame. Gente da cidade e da região do Porto, do Norte, comunistas ou não, trabalhadores, intelectuais, conhecidas personalidades democráticas, muitos emigrantes, estrangeiros em férias no Porto, gente que passeava na Feira Popular — entrou e viu. Viu como se formou o Partido e os seus primeiros anos de actividade, viu como se lutou e resistiu durante quase meio século de fascismo, como as poderosas lutas da classe operária e das massas populares abalaram os alicerces do regime fascista. Sentiu de novo



o 25 de Abril, as conquistas democráticas, a luta em sua defesa.

«Vir com o meu filho de 4 anos. Um dia hei-de-lhe contar. Obrigado» — este um dos muitos depoimentos deixados pelos visitantes no livro da exposição, todos eles de apreço e admiração pela luta abnegada dos militantes comunistas, de apreço também pela própria exposição e pela sua importância. Muitos depoimentos de estrangeiros, espanhóis, franceses, holandeses, finlandeses, que, em férias, não quiseram deixar de conhecer melhor a realidade portuguesa, testemunham ainda o apreço pelo 25 de Abril, pela luta do Povo português e pelo PCP a nível internacional. De registar tam-

bém alguns depoimentos de jovens filhos de emigrantes, nascidos no estrangeiro, que afirmam ter ficado a conhecer e perceber melhor a realidade de um país que obrigou os seus pais a partirem em busca de trabalho.

Os aspectos da vida clandestina do Partido foram sem dúvida os que mais impressionaram e retiveram a atenção dos visitantes, mas toda a exposição, a fotografia ou o documento, a miniatura ou o mapa constituíram um valioso instrumento de informação e formação de todos quantos lá foram e uma prova irrefutável de que a Vida e a Luta do PCP se liga indissolivelmente à História da Vida e da Luta dos trabalhadores e do Povo português.

Hoje: plenário em S.^{ta} Iria de Azóia

A Festa do «Avante!» e a actual situação política são os dois pontos da ordem de trabalhos definida para a reunião plenária de militantes comunistas da freguesia de Santa Iria de Azóia (concelho de Loures), que decorrerá hoje, a partir das 21 e 30, no Centro de Trabalho do Partido, na localidade.

Também participará neste plenário o camarada José Casanova, membro suplente da Comissão Política do Comité Central.

Sector de Transportes da ORL reúne hoje

O sector de Transportes da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP realiza hoje, com início às 19 horas, no Centro Vitória, na Avenida da Liberdade, um plenário das suas organizações para discussão de questões relacionadas com

a Festa do «Avante!». Também participará neste encontro o camarada José Casanova, membro suplente da Comissão Política do CC.

Na «convocatória» do Executivo do sector, salienta-se que a Festa do

«Avante!» «será realizada num período complexo da situação política» e que «a sua realização deve constituir mais uma demonstração da capacidade, do espírito criativo, e da justeza das propostas dos comunistas».

Lisboa

Plenários no CT de Santos

Nas instalações do Centro de Trabalho do Partido em Santos, junto ao jardim do mesmo nome, na cidade de Lisboa, vão realizar-se amanhã dois importantes plenários do Partido, com início às 18 e 30 e às 21 horas.

O primeiro destina-se aos

camaradas que trabalham nas seguintes empresas: Parry-Son, Garagem Conde Barão, Carpintaria Mecânica da Lapa, Fábrica de Tintas da Torre/Alvamar, Tinto, Construções Técnicas, Matos Tavares, Codifar, Cif e Caboco.

O segundo é para os militantes comunistas das se-

guintes freguesias de Lisboa: Santos-o-Velho, Lapa, S. Paulo, Mercês, Encarnação, S. Nicolau, S. Catarina, Mártires e Sacramento.

Para ambos os plenários, a ordem de trabalhos inclui a Festa do «Avante!» e a situação política.

Avis Festa das Colheitas

Um programa diversificado, com destaque para os temas regionais, vai dar animação à Festa das Colheitas em Avis, já no próximo fim-de-semana.

No domingo, dia 28, às 17 horas, haverá um comício na festa, com intervenção do camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central.

Festa da Amizade em Viana

No próximo fim-de-semana, dias 27 e 28, realiza-se em Viana do Castelo, no jardim público, mais uma edição da Festa da Amizade.

Iniciativa da organização concelhia do PCP, a Festa terá o seguinte programa:

Sábado — 15.30 horas, jo-

gos populares seguidos da acção de ranchos folclóricos e da Tuna de Chavé;

— 21.30, comício com a participação do camarada Domingos Abrantes, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC, a que se seguirá um baile com o conjunto «Sol

e Ritmo».

Domingo — 10.00 horas, manhã infantil com provas de atletismo e sessões de pintura; — 15.30 horas, acção de ranchos folclóricos; — 17.00 horas, música popular com a participação, entre outros, de um grupo galego.

Sorteio de Sines

É o seguinte o resultado do sorteio das entradas da Festa da Terra e do Mar, que decorreu recentemente na vila de Sines:

- 1.º — 0536
- 2.º — 1757
- 3.º — 0490

Os felizes contemplados devem contactar o CT do PCP de Sines.

4 de Setembro

Corrida Popular do «Avante!»

• A organização da iniciativa em Lisboa

Em Lisboa, a Corrida Popular do «Avante!» decorrerá de novo junto à Torre de Belém, a partir das 10 horas do próximo dia 4 de Setembro.

Antecedendo as duas provas principais, vão realizar-se corridas para os mais jovens (masculinos e femininos), de acordo com os seguintes escalões: «A», até 9 anos; «B», 10, 11 e 12

anos; «C», 13 e 14 anos.

Para os rapazes do escalão «A» e para as raparigas dos escalões «A» e «B» a distância a percorrer é de mil metros, aproximadamente. O escalão «B» masculino e o «C» feminino, cerca de dois mil metros. Finalmente, o grupo «C» masculino, cerca de três mil metros.

Falando agora das pro-

vas principais, podemos apontar o quadro dos escalões para a competição masculina e feminina:

Masculinos — escalão «D», 15, 16 e 17 anos; «E», 18 e 19; «F», 20 a 34; «G», 35 a 39; «H», 40 anos em diante. Distância a percorrer (Doca de S. Amaro) — 5 mil metros.

Femininos — escalão «D», 15 e 16 anos; «E», 17

e 18; «F», 19 a 34; «G», 35 anos em diante. Distância a percorrer (Pilar da Ponte 25 de Abril) — 4 mil metros.

Serão atribuídas medalhas aos cinco primeiros classificados em cada escalão etário.

As inscrições dos participantes, a título individual ou em representação colectiva, deverão ser feitas em papel de ofício, com a indi-



cação do escalão etário e entregues no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, 170, até ao próximo dia 3 de Setembro, salienta o Comité Local de Lisboa do PCP.

Torneio de futebol

Faro vence Montemor-o-Novo

Decorreu recentemente em Faro, no âmbito das jornadas desportivas da Festa do «Avante!», o jogo de apuramento do grupo 6 entre as equipas representantes do Algarve e do Alentejo, em futebol de salão. A vitória foi obtida pela equipa «Os Cravos» de Faro, sobre «Os Águias», de Montemor-o-Novo, por 6-2.

O resultado final premiou a equipa que melhor soube criar e aproveitar as oportunidades de golo e que exibiu um melhor futebol de con-

junto, refere a SIP da DORAL.

Durante todo o encontro as duas equipas empenharam-se a fundo na obtenção da vitória para garantir a presença no Alto da Ajuda, onde será disputada a fase final e apurada a equipa vencedora do torneio nacional de futebol da Festa do «Avante!».

No final do jogo houve um animado e fraterno convívio entre os participantes, onde não faltaram a boa caldeirada e as canções.

Beiras «Amigos do «Avante!» — Dentística»

As equipas finalistas dos torneios regionais de futebol de salão da Beira Interior e da Beira Litoral debruçaram-se no próximo domingo, dia 28, em Sela, no pavilhão da União Desportiva local, em encontro marcado para as 18 horas.

Disputam esta fase inter-regional «Os Amigos do «Avante!»» (S. Romão, Seia/Beira Interior) e a «Dentística» (Coimbra/Beira Litoral).

No caso da Beira Interior, por exemplo, o jogo derradeiro teve lugar em Gouveia, tendo «Os Amigos do «Avante!»» vencido a Junta de Freguesia de Pinhel por 3-0.

Ciclismo em Setúbal

No âmbito das actividades desportivas da Festa do «Avante!», a Comissão Concelhia de Setúbal do PCP leva a efeito no próximo dia 4 de Setembro a I Corrida de Ciclismo para Veteranos, iniciativa que proporcionará, estamos certos, uma boa animação desportiva na cidade sadina, ao mesmo tempo que constituirá uma oportuna jornada de promoção da Festa do «Avante!».

Quanto a pormenores da Corrida, começamos pelo itinerário:

— Partida na Av. 5 de Outubro (frente ao Centro de Trabalho do PCP), Av. da Portela, Rua Cidade Magdaburg (Tebaida), Hospital, Praça de Portugal, Av. Infante D. Henrique, Praça Olga Morais Sarmento,

Subida para o Miradouro, passagem por baixo do Túnel, Av. Luísa Todi, 22 de Dezembro, Av. 5 de Outubro.

A I Corrida de Ciclismo para Veteranos em Setúbal, realização aberta ao convívio popular, tem um total de 28 quilómetros (três voltas ao percurso), com meta frente ao CT do PCP e atribuirá os seguintes prémios: taças aos três primeiros classificados, medalhas comemorativas da Festa do «Avante!» para todos os concorrentes, três taças para as primeiras equipas e ainda prémios para os primeiros em cada passagem pela meta.

Inscrições e informações sobre a iniciativa: no Centro de Trabalho do PCP, em Setúbal, na Av. 5 de Outubro.

Alto da Ajuda Em contagem decrescente

A contagem decrescente entra mesmo na recta final...

Faltam agora dois fins-de-semana apenas! Temos o último deste mês de Agosto e depois o primeiro de Setembro. A seguir, a 9, 10 e 11 é a Festa.

Há que aproveitar estes dias. Reforçando a mobilização para as jornadas de trabalho, nos CTs e nas organizações.

Intensificando os contactos para a constituição de excursões e de brigadas de trabalho com destino à Ajuda. Levando a todo o lado a sensibilização necessária para os problemas da implantação e construção da Festa.

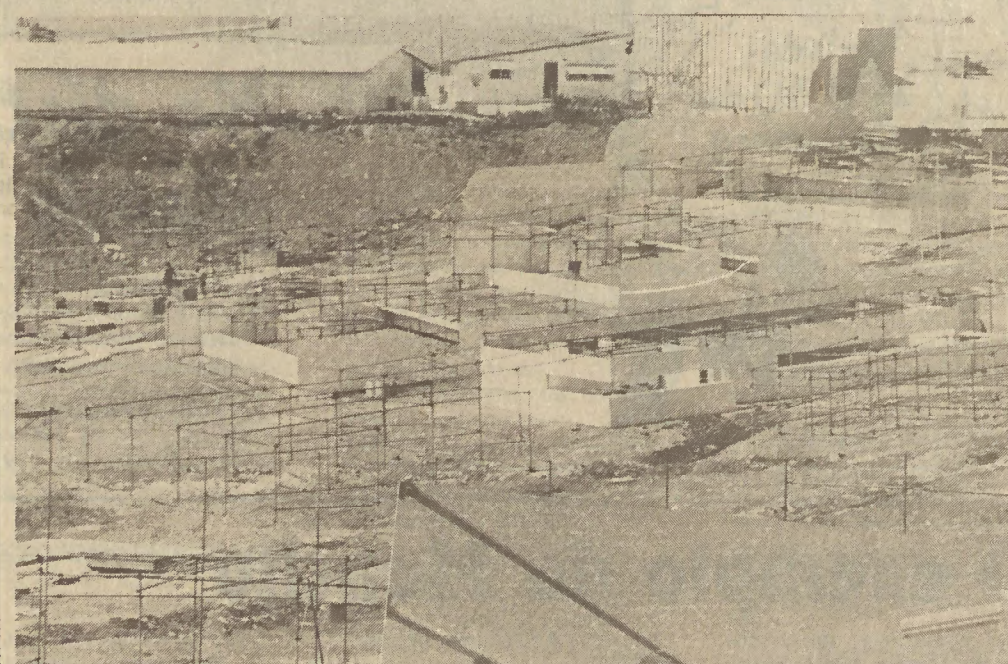
Ao virar desta página, nas «centrais», o amigo leitor encontrará alguns exemplos da acção e da iniciativa de várias organizações do Partido face à preparação e divulgação da Festa do «Avante!». São exemplos expressivos.

Que nos dão uma ideia do empenho e do entusiasmo que o grande convívio do Portugal de Abril continua a suscitar em todo o país. A esses exemplos, que na

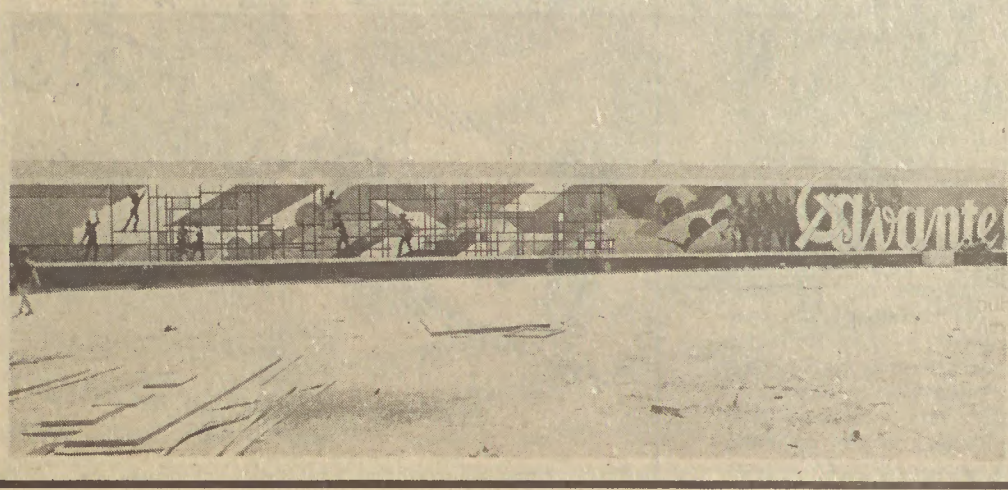


próxima semana continuaremos a divulgar, há, entretanto, que acrescentar um apelo forte à colaboração e participação dos

camaradas e amigos nas actividades que decorrem na Ajuda. Ai, há tarefas para todos. Sábado e domingo estamos na Ajuda! E contamos contigo!



Estamos apenas a 15 dias da Festa! Há que aproveitar os dois fins-de-semana que nos separam do grande convívio da Ajuda! Quem participa nos trabalhos de implantação sente e vive mais a Festa! Colabora!



PCP

3.º Sorteio da EP: sábado em Sesimbra

- Um momento que se aguarda com expectativa

A pitoresca vila de Sesimbra vai acolher o terceiro e último sorteio das Entradas Permanentes (EP's) da Festa do «Avante!», o conhecido ingresso para os três dias de convívio popular no Alto da Ajuda.

O sorteio, que tem sido aguardado com entusiasmo, terá lugar durante uma jornada festiva organizada pelos mili-

tantes comunistas na Sociedade Musical Sesimbrense, já no próximo sábado, dia 27.

Este último sorteio da EP (recorde-se que os dois primeiros ocorreram em Lisboa e em Beja, respectivamente) atribuirá aos contemplados — quaisquer portadores de EP com uma «pontinha» de sorte — os seguintes brindes: 1.º, uma TV a

cores; 2.º, 15 mil escudos em livros e discos; 3.º, 10 mil escudos em livros e discos; do 4.º ao 10.º, 5 mil escudos em livros e discos.

Do programa que animará a iniciativa de Sesimbra constam ainda as actuações de Luísa Basto e João Fernando. Às 21 horas, usará da palavra o camarada Dias Lourenço, membro da

ep entrada permanente

Dá direito a entrar na festa do «Avante!» durante os três dias, a assistir aos espectáculos e, ainda, a participar na distribuição de brindes em dias a anunciar

correspondente ao valor de **250\$00**

O valor desta EP é uma contribuição para a realização da festa do «Avante!»

festa do «Avante!»
Órgão Central
do Partido Comunista Português

Comissão Política do Comité Central, que abordará o actual momento político. Atenção ao baile com música do conjunto «Private».

Vamos vender a EP!



Promoção e divulgação em todo o País

Entusiasmo no concelho de Almada

«Festa do «Avante!», a tarefa do momento!»

No concelho de Almada é praticamente um lema de acção e diz bem do entusiasmo com que as organizações do Partido, a começar pela Comissão Concelhia, estão a viver esta fase preparatória da 8.ª Festa do «Avante!».

Entusiasmo que tem assumido expressão significativa em todas as frentes: na divulgação e propaganda da Festa, no esforço para intensificar a venda da EP, na mobilização para as jornadas de trabalho voluntário no Alto da Ajuda, etc.

Ainda no passado fim-de-semana estiveram no local da Festa 120 camaradas de Almada, que ali se deslocaram em dois autocarros alugados, além de mais cerca de três dezenas de camaradas que se transportaram em automóveis.

Para os próximos sábados (dias 27 de Agosto e 3 de Setembro) e domingos (28 e 4) estão previstas novas deslocações colectivas, com con-

centração às 8 e 30, no Centro de Trabalho da Concelhia de Almada, com «transporte garantido para todos», refere a SIP da CC.

Entretanto, no passado fim-de-semana — e isto é apenas um exemplo — a Costa da Caparica, com o seu habitual movimento de veraneantes, foi surpreendida pelo «Rádio-Móvel» que durante todo o dia lançou para o ar programas de promoção e divulgação da Festa do «Avante!», numa iniciativa das organizações da Caparica e Trafaria.

De entre as próximas iniciativas de promoção da Festa destacamos o espectáculo musical que decorrerá amanhã a partir das 21 e 30, no jardim

em frente ao Centro de Trabalho do Partido Almada, na Rua Capitão Leitão. Uma grande «noite de fado» com Ana Pinto, César Pinto, José Castanheira, Jaime Coelho, Alfredo Coelho, Isabel Amador e Luísa Vieira, a participação de Luísa Basto e João Fernando e de Mário Neves e Pedro Ferreira preenchem a programação artística desta iniciativa, onde não faltará a EP e um completo serviço de bar. Está ainda prevista a passagem dum filme sobre a Festa do «Avante!».

No próximo domingo, o Chegado (Almada) também vai assistir a uma bela jornada de animação em torno da Festa.

Do programa organizado pela Comissão Local do Parti-

do, destacamos amanhã desportiva (corridas de 100, 400 e 1500 metros), almoço-convívio na casa da Comissão de Moradores e espectáculo com Luísa Basto, João Fernando e grupo de fado «Vozes de Abril».

Sobre a EP, é de salientar a iniciativa da célula da Lisnave: um painel de furos, onde, entre os vãos prémios possíveis, se contam 40 EP's...

A venda dos ingressos da Festa — que está numa fase de novo dinamismo — tem reflectido os graves problemas sociais que afectam muitas famílias da Margem Sul com os atrasos no pagamento de salários a trabalhadores de grandes empresas, casos da Lisnave, SRN, Parry Son, etc.

No distrito de Santarém grande variedade de iniciativas

No distrito de Santarém, a Festa do «Avante!» está na ordem do dia. Um pouco por todo o lado, divulga-se e prepara-se a grande jornada do Alto da Ajuda, em numerosas iniciativas que mobilizam militantes e amigos do Partido.

Uma das acções mais dinâmicas tem sido os «porta-a-porta», em contacto directo

com as pessoas, que, entretanto, vão prosseguir, nomeadamente em localidades dos seguintes concelhos: Tomar, Coruche, Salvaterra de Magos, Cartaxo, Torres Novas, Benavente, Alpiarça, Almeirim e Santarém.

Nos «porta-a-porta» divulga-se a Festa, vende-se a EP, completam-se inscrições para as excursões a realizar com destino ao Alto da Ajuda em Setembro, recolhem-se géneros, prendas e outros materiais oferecidos pelas populações para a representação da DORSA do PCP na Festa.

A propósito, é de salientar a vivacidade com que está a decorrer a «campanha do prato e da colher» em todo o distrito, com o objectivo de equipar o restaurante e o bar da representação regional de Santarém na Festa do «Avante!», «ajudando ao mesmo tempo o Partido a ultrapassar as dificuldades financeiras de aquisição deste tipo de material», como sublinha a SIP da DORSA.

Outra iniciativa que está a reunir assinalável entusiasmo é o convívio piscatório promovido pela Comissão Concelhia de Santarém, e que decorrerá no dia 3 de Setembro (sábado), na barragem Monte da Barca, em Coruche.

Finalmente, uma palavra

para o 1.º leilão de pombos correios da Festa do Avante! — 1983, iniciativa que irá enriquecer o vasto programa da nossa Festa. Oportunamente, divulgaremos a lista de participantes, já significativa.

Temos, entretanto, boas notícias: já chegaram à DORSA numerosas ofertas, oriundas não só do distrito de Santarém como de outros distritos do país. «Dá um pombo correio ao Partido», é quase uma palavra de ordem, que vai ganhando novas forças. Se o amigo leitor também puder colaborar, contacte a DORSA do PCP: telefones 23633 ou 23917 de Santarém (Largo Manuel António das Neves, 4, 2000 Santarém).

Sábados:
27 Agosto
3 Setembro

Domingos:
28 Agosto
4 Setembro

Partidas às 8,30 da Concelhia

Em Almada vai ser assim

O exemplo do Montijo

Os comunistas do concelho do Montijo estão firmemente empenhados na divulgação e preparação da Festa do «Avante!» — é a conclusão que podemos tirar após uma leitura do desdobrável informativo sobre o grande convívio do Alto da Ajuda, editado pela Comissão Concelhia do Montijo do PCP.

Esse desdobrável é, aliás, um bom exemplo de trabalho de promoção da Festa e de mobilização dos militantes e amigos do Partido para as múltiplas tarefas que se colocam às organizações na edificação da Festa: as jornadas de trabalho voluntário na Ajuda, as excursões, as campanhas para recolha de géneros, a venda militante da EP, a propaganda da Festa, a divulgação do programa cultural, artístico, desportivo e recreativo, etc.

Sobre algumas destas frentes, a Comissão Concelhia do Montijo salienta: estão a ser organizadas excursões a partir de Canha, Atalaia, S. Isidro de Pegões, Sarilhos Grandes e Montijo para os dias da Festa; quanto a jornadas de trabalho na Ajuda, a Concelhia apela à inscrição no Centro de Trabalho do PCP, na vila; em relação à campanha de géneros, informa-se que «todas as ofertas deverão ser canalizadas para os Centros de Trabalho do Partido, onde estão preparados locais próprios» para os recolher e que no concelho do Montijo a lista de géneros que os camaradas vão recolher é constituída por salsichas, batatas, carne de porco e vinagre; sobre as EP's, salientam os comunistas do Montijo:

«Como sabes a EP é o suporte financeiro da Festa. Dai que a sua venda antecipada seja um factor fundamental para que a implantação da Festa decorra dentro dos prazos previstos. Cozam-se no imediato à organização despesas inadiáveis que só poderão ser cobertas com a única receita possível no momento: a que provém da venda da EP-Entrada Permanente na Festa».

«Este ano o custo da EP é de 250\$00, sendo o bilhete simples, que só dá direito a en-

trar um dia no recinto da festa 200\$00.

«A experiência mostra-nos que se as EP's forem distribuídas por muitos camaradas e que se a sua venda se efectivizar desde já, é possível chegar aos objectivos definidos pelo concelho».

Os organismos que mais se têm destacado na venda da EP, no cumprimento das metas traçadas são: Comissão de Freguesia de St.º Isidro de Pegões, Célula da Assembleia Municipal, Célula da «Isidoro/Moagens» e Célula da «Coopérnica».

festa do Avante!

LISBOA

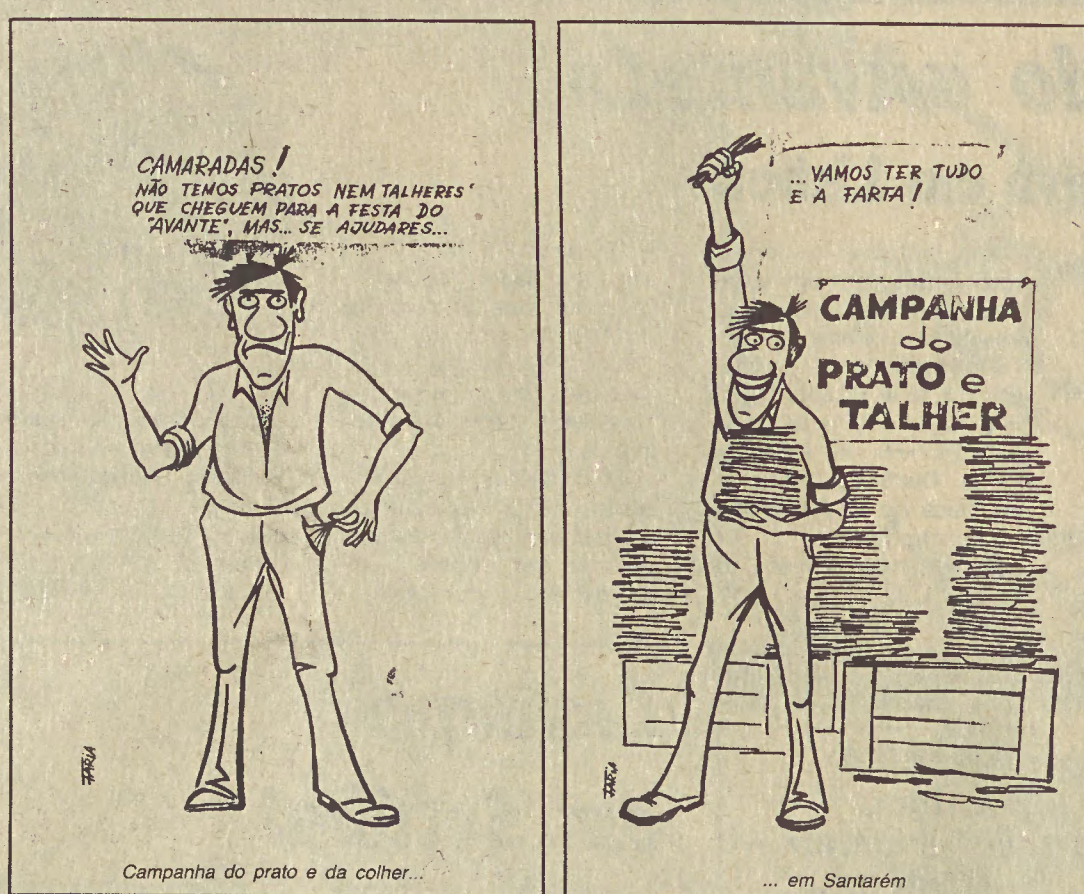
ALTO DA AJUDA

9, 10 E 11 DE SETEMBRO

1983

INFORMAÇÃO

C. CONCELHIA DO MONTIJO DO PCP



Concelho de Serpa: encontro na Festa

O concelho alentejano de Serpa vai «subir» ao Alto da Ajuda, no próximo fim-de-semana. Objectivo: colaborar nos trabalhos de implantação e preparação da Festa do «Avante!».

Esta jornada foi preparada com muito interesse

e entusiasmo no concelho, confirmando-se, desde já, a vinda de camaradas e amigos da Aldeia Nova de S. Bento, A-do-Pinto, Plas, Vale de Vargo e Serpa.

Contributo solidário para a construção da Festa, jornada de convi-

vio e amizade, esta iniciativa vai também proporcionar um encontro de naturais do concelho de Serpa residentes em Lisboa com os familiares e amigos seus conterrâneos que sábado e domingo estarão no Alto da Ajuda.

Os maiores da música

Filho do «sanfoneiro» Janeiro, nascido em 1912, Luis Gonzaga aprendeu com o pai a tocar nos bailes e a consertar sanfonas. A fazenda o viu nascer e na roça trabalhou tocando em bailes e feiras. Quando a tropa o chamou e ele foi para Fortaleza, em 1930, já era um nome conhecido como sanfoneiro. E a revolução daquele ano, que o levou pelos estados do Nordeste fora, acompanhando o batalhão, permitiu-lhe um conhecimento importante na sua carreira de música: Dominginhos Ambrósio, outro músico que servia o exército em Juiz de Fora. Ambos estudaram juntos e Luis Gonzaga aprendeu então as músicas mais populares do Sul.

Ainda no Exército, transferido para Ouro Fino, actuou como sanfonista num clube local. E só em 1939, em São Paulo, abandona as armas, compra uma sanfona nova e segue para o Rio, passando a apresentar-se nos bares cariocas com fados, valsas e tangos, tocando em dueto com o português Xavier Pinheiro. Cabarés, festas particulares, espectáculos na rua estendendo o boné para arrecadar a paga, tal foi o percurso de Gonzaga, demorando o êxito em chegar. Até que o dia veio, com um sucesso obtido num espectáculo programado por Ari Barroso. O rádio abriu-se-lhe e, em 1941 é convidado a gravar como solista, lançando dois 78 rotações — a mазurca «Véspera de São João», as valsas «Numa Serenata» e «Saudades de São João del Rei», o chamego «Vira e Mexe» (a música que lhe abre as portas).

Rádio Clube do Brasil (vários programas entre os quais «Alma do Sertão»), Rádio Tambo, gravações na «Victor», Rádio Nacional (em 1944) são o rápido percurso do êxito de Gonzaga que foi chamado de «Lua» por Paulo Gracindo. «Dezasseite e setecentos», o calango lançado em 1945 e que ainda deixa recordações marcadas no público português, é música de sua autoria, com Miguel Lima a compor, cantado por Manezinho Araújo. No mesmo ano é lançado o

chamado «Penerô Xerém», com Miguel Lima, e a mазurca «Cortando Pano», com Miguel Lima e Jeová Portela. Tomou por essa altura parceiro do cearense Humberto Teixeira, compondo e lançando o «Baão», entre outros sucessos. E por aí fora: 1946, «No meu Pé de Serra»; 1947, «Assa Branca»; 1948, «Juazeiro». Em 1948 casa com Helena das Neves de quem vem a ter um



OS artistas da Festa

res nomes a do Nordeste

ilha e um filho (o compositor e cantor Luis Gonzaga Júnior). No ano seguinte, ainda com Humberto Teixeira, lança «Mangaratiba» e, em 1950, «Paraíba» e «Baião de Dois». Tendo Humberto Teixeira trocado a música pelo lugar de deputado federal, Luis Gonzaga

passa a compor apenas com Zé Dantas, lançando sucessivamente «Cintura Fina», «Volta da Asa Branca» e, três anos mais tarde, «ABC do Sertão», «Algodão», «Vozes da Seca», «Paulo Afonso». Em 1953 participa, com Paulo Roberto e Zé Dantas, no Programa da Rádio Nacional «No Mundo do Baião». Era já chamado o Rei do Baião, sendo enorme a popularidade do compositor que introduziu e divulgou no Centro e no Sul do

país. Popularidade que mantém, dos grandes palcos às cidades do interior. Em 1965, no início da sua carreira, Gilberto Gil cita Luis Gonzaga como uma das suas influências e a década de 70 marca novo sucesso, quando as suas músicas são incluídas em gravações como «Asa Branca», com Caetano Veloso, e com o show realizado no Teatro Teresa Raquel, no Rio de Janeiro, «O Luis Gonzaga Volta Pra Curtir».

Elba Ramalho

De Elba Ramalho se diz que é o maior espectáculo de palco da Música Popular Brasileira. Classificação arrojada num panorama musical onde a actuação ao vivo, a comunicação, a alegria e a autenticidade vivem em comunhão de vida com melodias, ritmos e harmonias. O que é que pode explicar que esta nordestina nascida há 32 anos nos sertões de Paraíba «dispare» (para falarmos brasileiro...) na indústria de discos, nos shows de todo o Brasil e, em pouco tempo, de todo o mundo?

É que — note-se! — Elba Ramalho sairá de Portugal e da Festa do Alto da Ajuda para iniciar, com os nove músicos que já aqui a acompanharão, um espectáculo regular nessa «catedral» da MPB que é o «Canecão» do Rio de Janeiro. É que — note-se — Elba Ramalho gravou cinco LP's num tempo praticamente recorde para as cuidadosas verificações de vendas das editoras discográficas. É que — note-se — Elba Ramalho, que desde o primeiro participa nos shows colectivos do 1.º de Maio

brasileiro, onde estão todas as vozes que no Brasil cantam o futuro, de Chico Buarque a Milton, do MPB 4 a Simone e Edu, etc., etc., diziamos, Elba abre normalmente o show. E os organizadores explicam: «é um show complicado, actua muita gente, muita gente está vendo, é ao ar livre: com a Elba, tudo fica agarrado, ela agarra o pessoal como ninguém. O Show começou!»

Poder-se-á dizer que esta força vem do Nordeste. Na verdade, a rica tradição musical dos sertões que despontara com Luis Gonzaga e defrontara a dura concorrência dos cariocas e dos baianos da Tropicália, renasce nas vozes de Elba, Moraes Moreira, Alceu Valença, enquanto figuras como Elomar ganham a dimensão de uma música e de uma língua de um Brasil imenso.

Tudo bem, telenovelamente falando... Mas porquê essa força que deixou o Festival de Montreux de pé quando Elba saiu do palco, que deixou Berlim apaixonado no Festival de Cultura Latino-Americana? E não se diga que é a perplexidade europeia face à batida negra ou latino-americana, porque Elba esteve na Martinica e em Angola onde tais batidas não faltam — e o resultado foi o mesmo! Sobre a voz, todos estão de acordo; mas a explicação afinal talvez resida no facto de que não foi aí que tudo começou. É que aos 14 anos esta intérprete pisou pela primeira vez o palco — mas para fazer teatro. E a fazer teatro amador se manteve durante oito anos, lá pelo Nordeste brasileiro, conhecendo público e gostos, cenas e contra-cenas, marcações e colocações de voz, a vida dura e a luta do dia-a-dia. Foi já pelos anos 70 que esta nordestina veio até ao Rio. Fazendo então parte de um grupo que ainda hoje muito dá que falar, para além de tudo o que então se falou: o Quinteto Violado. Mas o teatro continuava contudo a ser a «casa» onde Elba vivia. E essa «casa» concretizou-se, há um tempo bem próximo, na interpretação em palco de uma obra que se chamava «Ópera

do Malandro» e tinha por autor também Chico Buarque. E dessa «Ópera do Malandro» se gravou um álbum onde os acetatos dos discos receberam, entre outras, a voz e a interpretação de Elba Ramalho. Telenovelamente falando, foi o fim...

Isto é: foi o êxito (porque o princípio, esse já tinha sido em muitos anos de trabalho). Chico Buarque que conhece a Festa do «Avante!» e a tem no coração, consultado em 1983 sobre quem do Brasil este ano trazer, responde imediato: «A Elba».

José Nuno Martins sabedor de que Elba virá, diz: «Vocês continuam a cumprir um papel que só vocês podem ter: trazer o melhor, mesmo quando ainda comercialmente é difícil». Fernando Faro, o homem que põe de pé o show do 1.º de Maio brasileiro, é categórico: «Velho, vocês têm festa garantida! Com a Elba? Minino...»

Maria do Céu Guerra que chega da tournée no Brasil da «Barraca» (aproveite-se para justamente dizer, triunfal), informa: «Elba Ramalho?... Mas é o que se ouve em toda a parte!... Não se pode passar à porta de uma loja de discos que não esteja ela a cantar.» Ela estará a cantar no Alto da Ajuda.

Luis Gonzaga

Rão Kyo

Judy Collins

Quinteto de Maria João

Quarteto de António Pinho Vargas

Quinteto de Jorge Pardo

Nacional

Lutas na Comunicação Social

Governo obstinado em impor tecto de 17% na RDP

Na sequência da luta por aumentos salariais dignos, contra o revogado tecto salarial de 17 por cento da AD que o Governo PS/PSD e a Comissão Administrativa insistem em aplicar-lhes, pelo respeito da sua condição de profissionais, os trabalhadores da RDP cumpriram na passada semana mais uma greve de 48 horas.

A adesão registou uma média de 80 por cento em todo o território nacional, segundo informação do Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações que adiantou ainda ter a paralisação obrigado o Governo «a transformar em compromissos expressos algumas das vagas promessas anteriormente feitas».

Assim, no decorrer da reunião efectuada com o secretário de Estado da Tutela, a Comissão de Luta obteve daquele membro do Governo o compromisso da entrega aos trabalhadores para discussão do projecto de estatuto da RDP até 15 de Outubro; a apresentação do referido projecto de estatuto à Assembleia da República para aprovação até 15 de Novembro, acompanhado na mesma data da proposta de revogação do Dec.-Lei 418/76, diploma este que a comissão administrativa daquela estação emissora tem invocado como «razão impeditiva de existência de contratação colectiva» e, finalmente, a «garantia de que a tabela salarial vigorará só até 31 de Dezembro de 1983, com revisão anual a partir de 1984».

A respeito deste último ponto recorde-se que a CA, fazendo uso da mais descarada chantagem, dizia anteriormente fazer depender esta condição da «paz laboral na empresa» quando afinal foi o prosseguimento da luta firme dos trabalhadores da RDP que «arrancou ao Governo mais este compromisso».

Fazendo o ponto à situação presente, a Comissão Nacional refere no comunicado que uma luta «com a envergadura, a mobilização e a firmeza da que foi travada pelos trabalhadores da RDP seria suficiente para desbloquear também a questão da tabela salarial em qualquer empresa pública ou não, gerida com honestidade, competência e responsabilidade».

Assim não aconteceu, contudo, na RDP, tendo o secretário

- **Governo obstinado em impor tecto de 17% na RDP**
- **ANOP: prossegue a luta pela reposição da legalidade**
- **Casos RTP e ANOP na base de queixas à OIT**
- **Gráficos reforçam mobilização**

rio de Estado informado na referida reunião que já havia homologado a tabela salarial com o aumento de 17 por cento proposto pela CA, apesar da Comissão de Luta ter demonstrado com números, sem que estes tenham sido rebatidos, a capacidade económica da empresa para dar os aumentos exigidos pelos sindicatos e pela comissão de trabalhadores.

Ora ficam assim a nu, salienta o comunicado, a cumplicidade do Governo e da CA e a sua má fé, ao pretenderem manter os trabalhadores da RDP num autêntico «gheto» salarial e profissional, «eles que são os mais mal pagos da comunicação social».

A Comissão de Luta chama ainda a atenção para a situação actual que considera ter sofrido uma «alteração qualitativa que exige ser ponderada e analisada pelos trabalhadores», e que está na base das reuniões nos locais de trabalho que deverão estar a decorrer.

A par disto, sublinha a Comissão de Luta a concluir, os trabalhadores continuarão a pressionar os órgãos de Poder no sentido de lhes serem concedidas audiências e a proceder à «denúncia pública da situação na RDP», à «demonstração da viabilidade económico-financeira das propostas dos trabalhadores e da falsidade dos números apresentados pela CA e irresponsavelmente aceites pelo Governo como verdadeiros».

ANOP: prossegue a luta pela reposição da legalidade

A reposição da legalidade na empresa, designadamente o imediato pagamento dos salários e subsídios em atraso bem como a atribuição de verbas que permitam o funciona-

mento da Redacção, continua a ser uma reclamação dos trabalhadores da ANOP.

Em plenário recentemente realizado os trabalhadores apelaram uma vez mais ao Governo para que tome as medidas necessárias no sentido de viabilizar a empresa dado que a proposta de fusão com a NP se encontra gorada em virtude desta agência recusar tal solução.

Na proposta subscrita por membros das organizações representativas de trabalhadores aprovada no plenário prevê-se a realização de diversas acções a promover por estes dias, nomeadamente uma concentração junto ao Palácio Foz, a distribuição de um comunicado à população e o envio de uma carta aberta ao Presidente da República explicando a situação da empresa e solicitando intervenção institucional.

Os trabalhadores presentes no plenário aprovaram também um apelo dirigido a todos os trabalhadores da comunicação social no sentido de que estes se mobilizem para impedirem a concretização do projecto governamental que prevê o despedimento de mais de dois mil trabalhadores do sector.

Recorde-se, a este respeito, que dirigentes de sindicatos da comunicação social, nomeadamente o dos Gráficos e Jornalistas, manifestaram já publicamente o seu repúdio pela intenção governamental de efectuar despedimentos em quatro empresas públicas a pretexto de que esses postos de trabalho são «excedentários» e não poderão ser mantidos numa projectada reestruturação do sector.

Casos RTP e ANOP na base de queixas à OIT

A actuação do Governo em relação ao caso ANOP bem como o comportamento da administração da RTP que se

recusa em acatar a decisão judicial de reintegração dos trabalhadores despedidos na sequência dos acontecimentos do 25 de Novembro continuam a merecer o repúdio da CGTP-ILN que irá agora apresentar queixas na Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A informação foi prestada por Álvaro Rana, da Comissão Executiva daquela central, a representantes do Conselho de Redacção e delegados sindicais dos jornalistas da ANOP. No decorrer da reunião aquele dirigente sindical condenou a autêntica chantagem levada a cabo pelo Governo com os salários dos trabalhadores da agência e considerou inadmissível qualquer despedimento.

Gráficos reforçam mobilização

Depois de várias reuniões com os delegados sindicais e comissões de trabalhadores das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa, a Comissão Negociadora Sindical daqueles sindicatos informa em comunicado que as conclusões apontam para a realização de plenários com os trabalhadores de forma a mobilizá-los para a luta até que a «AID altere a sua estranha posição que aponta para uma solução de discriminação dos trabalhadores do sector e simultaneamente para a diminuição de 10 por cento nos salários em várias empresas através da alteração dos critérios diferenciadores da aplicação das tabelas A e B».

Depois de citar as conclusões da reunião havida no passado dia 11 com o director-geral das Relações Colectivas de Trabalho em representação do secretário de Estado do Trabalho que «sendo construtivamente consideradas pelas partes interessadas, desbloquearão o conflito», a Comissão Negociadora Sindical refere que continua a aguardar os resultados concretos da referida reunião, exortando ao mesmo tempo os trabalhadores para que participem nos plenários e reforcem a sua mobilização já que, para além do CCTV, outros graves problemas estão na ordem do dia, nomeadamente os relativos à defesa do sector público da comunicação social e dos postos de trabalho.

PCP requer inconstitucionalidade da lei dos sectores

Os deputados do PCP, ao abrigo e para os efeitos do disposto no Artigo 281.º, n.º 1, alínea a) da Constituição, requereram no passado dia 18, ao Tribunal Constitucional a apreciação, com vista a declaração com força obrigatória geral, da inconstitucionalidade dos Artigos 1.º e 2.º da Lei n.º 11/83 de 16 de Agosto que autoriza o governo a rever a lei de delimitação dos sectores público e privado.

Os deputados do PCP fun-

damentam o seu requerimento no facto de que «a abertura a iniciativa privada de sectores tão básicos como os sectores bancário, segurador, cimenteiro e adubeiro, não se conforma com as disposições constitucionais, afectando a garantia constitucional das nacionalizações e violando o n.º 3 do Artigo 85.º, em conjugação com o preceituado na alínea d) do Artigo 9.º, alínea e) do Artigo 81.º e n.ºs. 1 e 2 do Artigo 90.º da Constituição da República».

Os deputados do PCP consideram ainda que o processo legislativo tendente a tão grave alteração da ordem jurídica foi encoetado com violação do disposto no Artigo 189.º, n.º 5 da Constituição que determina que «antes da apreciação do seu Programa pela Assembleia da República, ou após a sua demissão, o governo limitar-se-á à prática dos actos estritamente necessários para assegurar a gestão dos negócios públicos».

Terra

Produtores de Santarém reclamam preço justo para o tomate

A ausência de medidas da parte do Governo em resposta à sua reivindicação de um preço de 6\$50 para o quilo de tomate na presente campanha, levou cerca de meio milhão de seareiros, com perto de três centenas de camionetas e tractores, a bloquearem no final da passada semana a estrada nacional n.º 10, perto da ponte de Vila Franca de Xira.

Esta acção, que durou cerca de três horas, terminou após a intervenção de uma força da GNR constituída por 200 elementos que, com a ajuda de um reboque, desobstruiu a estrada sem que se verificassem incidentes.

Os produtores de tomate reclamam um preço de 6\$50 para o quilo de tomate contra os actuais 5\$00 e 4\$20, respectivamente para o tomate de primeira e segunda, estabelecidos pelo Governo.

Esta reivindicação resulta do facto do cultivo de tomate ter nesta campanha um custo mínimo de 240 contos por hectare o que se traduz num prejuízo de 58 contos por hectare se aquele produto for pago ao preço determinado pela portaria do Ministério da Agricultura.

Os produtores de tomate do distrito de Santarém deram entretanto um prazo ao Governo até amanhã, dia 26, para que

este altere a portaria que regulamenta o preço do produto, findo o qual, e na hipótese de não serem satisfeitas as suas justas reclamações, «encetarão novas formas de luta».

CNA solidária

A Confederação Nacional da Agricultura manifestou por seu turno a sua solidariedade para com a «justa luta dos agricultores produtores de tomate» que, em sua opinião, constitui um exemplo «da grande unidade e firmeza dos agricultores em torno dos seus mais que legítimos direitos».

No comunicado onde dá

conta desta posição, a CNA recorda que «o preço do tomate, a margem para transporte e a classificação de segunda categoria foram fixados oficialmente sem que fossem tidas em

conta as propostas dos seareiros e antes dos estrondosos aumentos dos adubos, pesticidas e gasóleo, produtos utilizados em grandes quantidades nesta cultura».



Justas reivindicações a que o Governo faz orelhas moucas

Poder local

Seca

Drama também em Santarém

A seca que tem vindo a afectar quase todo o País e é agora para dezenas de povoações, sobretudo no Sul, um verdadeiro flagelo — desde o pasto que não há e o gado que morre às culturas que não medram e às dramáticas dificuldades de abastecimento doméstico — tem sido motivo de apelos e propostas de medidas de emergência de tudo o que neste nosso País é responsável. O Governo, irresponsável como sempre, não ouve nem vê...

É agora a Direcção Regional de Santarém do PCP que dá conta da profunda preocupação com que tem vindo a acompanhar as consequências

da seca em algumas regiões do distrito, sublinhando que «as autarquias locais, as organizações ligadas à agricultura, as populações das zonas mais afectadas têm vindo a alertar os governos (o actual e anteriores) para a crescente gravidade da situação e para a necessidade de tomar medidas sérias e urgentes para enfrentar a situação de hoje e do futuro».

Contudo — afirma a DORSA na nota divulgada — constata-se que os responsáveis governamentais do anterior governo «AD» e os actuais da coligação Soares/Mota Pinto estiveram e estão completa-

mente mudos e insensíveis a uma realidade que desconhecem e não sentem. Talvez até ignorem as importantes quebras na produção de arroz e tomate em algumas zonas. Talvez ignorem também que a maioria dos poços estão a secar e que o mesmo acontece ou acontecerá a curto prazo aos furos artesanais com profundidades inferiores a 50/60 metros.

É frequente, acrescenta a DORSA, que perante os protestos o Governo alije as responsabilidades para o serviço de protecção civil e vice-versa.

Mas verdadeiramente «revelador de irresponsabilidade e

de desprezo pelas populações em dificuldades é que um governo (como recentemente aconteceu) atribua para todo o distrito de Santarém um subsídio de 200 contos e 4 pequenas cisternas»...

Por tudo isto, a DORSA do PCP «alerta a população do distrito para a crescente gravidade da situação, responsabili-

za o Governo pela sua impressionante apatia e apela às populações das áreas mais atingidas e as mais diversas organizações sociais e económicas para que intensifiquem os seus protestos e exijam a tomada de medidas sérias e urgentes por forma a minorar as actuais consequências da seca e o seu previsível agravamento».

Um «Martim Moniz» no Porto? Vendedores da Ribeira ameaçados de despejo

Os vendedores do mercado da Ribeira no Porto estão ameaçados de despejo. O processo parece decalcado do que Abecasis do CDS desencadeou em Lisboa contra os vendedores do Martim Moniz, só que no Porto é liderado por Montenegro Chaves, vereador do PSD, e Luís Cunha, vereador do PS — isto é, pela «nova maioria» que também ali dedica os seus melhores esforços à tarefa de dar cabo dos pequenos para defender, como está fazendo nacionalmente, os grandes capitalistas. Luís Cunha, aliás, estava já em foco desde que encabeçou na CM do Porto as hostes do PS/PSD pelo aumento das tarifas.

Os vendedores da Ribeira quem são? Pequenos comerciantes que ali têm há dezenas de anos o seu único ganho-pão. Montenegro Chaves tentará já desalojá-los mas depa-rou com a firme oposição quer dos vendedores quer da população da Ribeira. O passo seguinte foi uma notificação: os vendedores deverão «remover as barracas» até hoje, quinta-feira.

A APU, que condena vivamente esta actuação e afirma que está ao lado dos vendedores e moradores da Ribeira

ra e que os defenderá na Câmara, na Assembleia Municipal e na rua se necessário, liga esta primeira ofensiva à existência de um plano que visa expulsar por «inestéticos» os moradores da Ribeira das suas casas e da sua zona, e «transformar a Ribeira num local de boites, restaurantes e hotéis para o turismo rico, a que não falta já a concessão à

empresa Ribadouro da utilização privada de parte do cais».

A Ribeira é dos seus moradores — afirma a APU —, famílias que ali vivem há séculos, sem apoios nem condições de habitação. Gastar centenas de milhares de contos tirados ao povo para recuperar casas e pavimentos mas em benefício dos grandes operadores turísticos (e o mercado seria o pri-

meiro obstáculo a remover) é inaceitável.

A APU considera que a Câmara deve respeitar «os direitos legítimos e históricos» dos vendedores e do povo da Ribeira e nada deve decidir sem os ouvir. Recusa que os problemas sejam resolvidos nos gabinetes da Câmara e impostos à força aos interessados e atingidos.

Respeitando embora a vontade expressa pela população quanto à inoportunidade das eleições, a APU considera, pois, que no momento em que o problema da delimitação das duas freguesias vai seguir para a AR (e, mais ainda, «quando se desenham jogos de influências e negócios mais ou menos escuros relacionados com o aproveitamento turístico da região» em função do enchimento próximo da barragem) «interessa a Lever estar devidamente representada, com a sua Junta e a sua Assembleia de Freguesia em funcionamento».

Respeitando embora a vontade expressa pela população quanto à inoportunidade das eleições, a APU considera, pois, que no momento em que o problema da delimitação das duas freguesias vai seguir para a AR (e, mais ainda, «quando se desenham jogos de influências e negócios mais ou menos escuros relacionados com o aproveitamento turístico da região» em função do enchimento próximo da barragem) «interessa a Lever estar devidamente representada, com a sua Junta e a sua Assembleia de Freguesia em funcionamento».

Vizela — ganhar forças é reforçar a APU

A realização das eleições para as Assembleias de Freguesia de Caldas de S. João e Caldas de S. Miguel é inseparável da luta pela criação do concelho de Vizela. Esta afirmação é a ideia-chave do manifesto eleitoral dos candidatos da APU aos órgãos autárquicos daquelas freguesias, que por ela assumem a inerente responsabilidade, apelando ao voto na APU como «a única força que sempre honrou e vai continuar a honrar o velho sonho dos vizelenses» que é a passagem a concelho, « neste momento decisivo para a sua concretização».

Como já se noticiou, as eleições realizam-se no próximo dia 4 de Setembro e serão disputadas simultaneamente entre o PS e a APU.

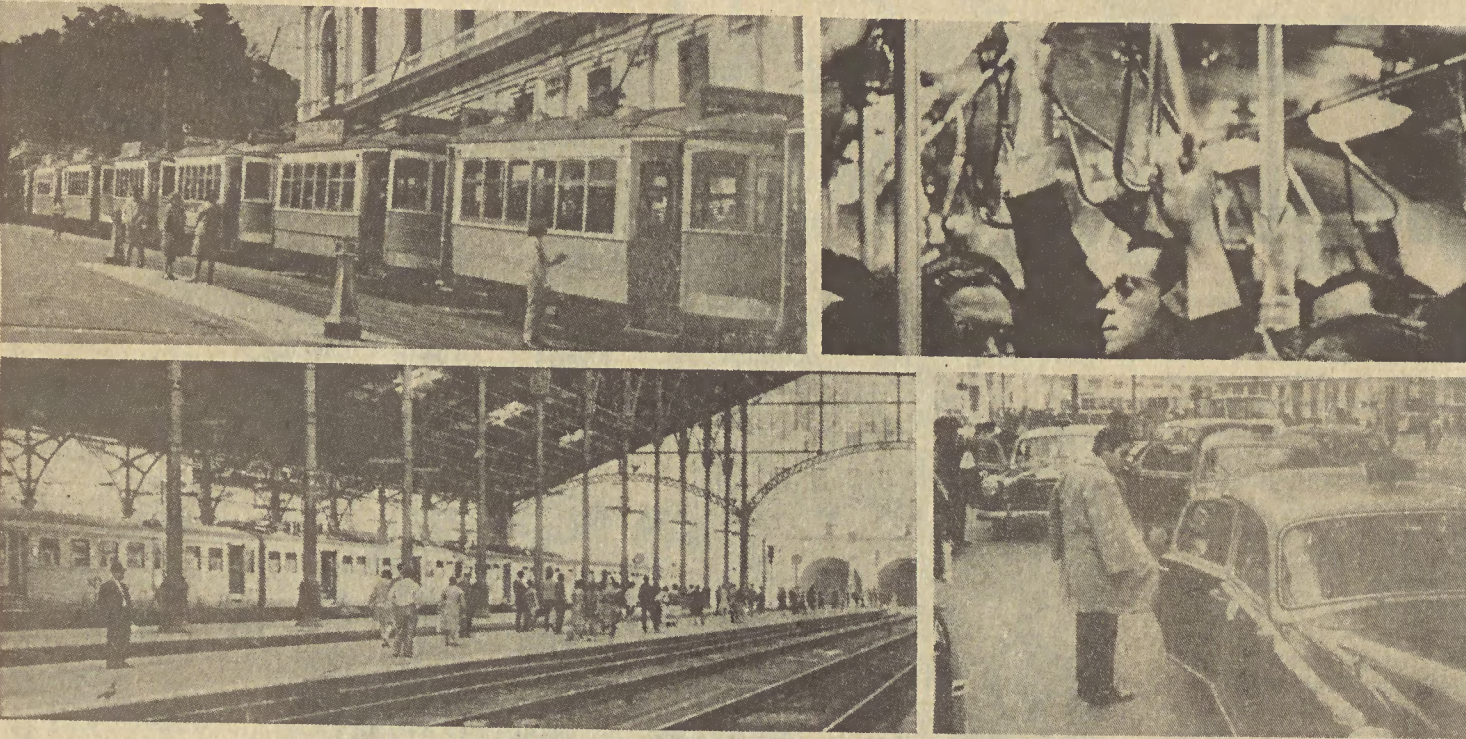
Recordando que foi o PCP que na AR sempre honrou os seus compromissos para com a luta do povo de Vizela; que foi o PCP a única força política que se manifestou contra as pressões do PS, PSD e CDS de Guimarães junto do Governo para a realização, na mesma data, das eleições em Vize-

la para os órgãos municipais de Guimarães (posição que ainda na última sexta-feira, coincidentemente, o Movimento para a Reconstrução do Concelho de Vizela-MRCV defendeu junto do governador civil de Braga), o manifesto dos candidatos da APU considera que os vizelenses estão hoje em condições de avaliar quanto faz falta a APU para trabalhar e para defender as suas aspirações — o que além do mais provou integrando as Comissões Administrativas que têm assegurado a gestão autárquica corrente.

«Só o aumento da votação na APU e dos seus eleitos — acrescenta o manifesto — tornarão possível a participação de homens capazes de imprimir um novo dinamismo à acção dos órgãos autárquicos, de garantir o progresso de Vizela, de permitir um funcionamento democrático e participado que rompa com a rotina e a falta de iniciativa que caracterizaram a actuação maioritária do PS e dos partidos da ex-AD nas autarquias de Vizela».

O que é para os vizelenses ganhar ou perder estas

Trabalhadores



A dança dos aumentos Qual é o que se segue?

- Transportes já estão.
Água, frango e ovos estão para breve

Eles aí estão de novo. Numa sucessão veloz e na sequência da subida generalizada de preços imposta pelo Governo de acordo com a política económica restritiva negociada com o FMI, alguns produtos, bens e serviços essenciais viram consideravelmente agravados os seus custos.

Procurando fazer recair, sobre os trabalhadores o peso da crise económica em que os partidos da direita atolaram o País, aí está o Governo depois do bacalhau e dos transportes públicos a aumentar desta vez a água, o frango e os ovos.

No caso dos transportes o aumento médio das tarifas que entram em vigor no próximo dia 1 de Setembro ronda os 30 por cento, havendo casos cujos preços no espaço de um ano sofreram um agravamento de 70 por cento. Para as organizações sindicais do sector não deixa contudo de ser estranho que os maiores aumentos percentuais tenham incidido sobre as tarifas simples, o que as leva a concluir que as empresas privadas são as únicas que saem largamente beneficiadas com tal decisão. Por outro lado, segundo corre em meios sindicais, tais aumentos visam ainda encobrir um empréstimo de 200 mil contos ao sector privado.

No sentido de esclarecer a opinião pública sobre os efeitos destes aumentos que atingem também a RN, CP, Metro, Transtejo e taxis as coordenadoras das

organizações sindicais e de trabalhadores do sector dos transportes vão promover uma ampla campanha de esclarecimento junto da opinião pública já que, em seu entender, «os aumentos dos transportes não são inevitáveis».

Entretanto, embora ainda não confirmadas oficialmente, estão previstas subidas nos preços da água, frangos e ovos. No caso da água, fala-se num agravamento de 20 por cento no custo do metro cúbico e para um possível aumento do aluguer dos contadores. Recorde-se que o último aumento nas tarifas da água verificou-se em 5 de Março passado e ascendeu nalguns casos aos 100 por cento.

No que diz respeito aos frangos e ovos foram publicadas no «Diário da República» duas portarias que criam um «regime especial de preços» para aqueles produtos. Tal regime estabelece que os preços máximos de venda ao público são calculados através de um complicado sistema ponderado pela Direcção Geral de Concorrência e Preços e serão publicados todos os meses em três jornais nacionais.

É de crer que dada a complexidade da aplicação deste «regime especial» que certamente levantará grandes problemas aos vendedores, se venha a assistir a uma situação de real liberalização dos preços.

Governo quer despedir Suspensão do contrato ou lei do «bota fora»

A CGTP-IN recusou frontalmente o projecto de lei dos despedimentos elaborado pelo Governo PS/PSD e admitiu a hipótese de desencadear formas de luta contra a publicação da legislação.

Como é sabido o Governo recebeu na passada semana os chamados parceiros sociais designadamente a UGT, CIP, CCP, CAP e CGTP, tendo todos eles com excepção da central unitária dos trabalhadores portugueses, manifestado o seu acordo com tal diploma cuja entrada em vigor o Executivo pretende que seja no final do próximo mês de

Setembro. O projecto de diploma, por lay off (suspensão temporária do contrato de trabalho), corresponde no fundamental a anteriores propostas sobre esta matéria que vêm do tempo do governo PS sozinho, mas já então aliado de facto à direita.

Com efeito, as tentativas de liberalização dos despedimentos — sempre coincidentes com os períodos mais agudos da política de recuperação capitalista — datam já de 1977, altura em que o PS tentou aplicar o «pacote dois» que, entre outras coisas, deixava as

mãos livres ao patronato para não cumprir os contratos colectivos de trabalho, atirava os trabalhadores para o desemprego sem indemnização e permitia aumentar os horários de trabalho.

O projecto de lei que o Executivo dirigido por Mário Soares procura agora reeditar prevê a suspensão do contrato de trabalho, o que na prática se traduz no despedimento dos trabalhadores, ainda que alegadamente sob a forma de dispensa por períodos não superiores a dois anos e a redução dos salários para 60 por cento do seu valor.

A lei dos despedimentos, cuja formulação é idêntica à de anteriores projectos da iniciativa do PS e do PSD e CDS que a luta dos trabalhadores sempre derrotou, o que se adivinha irá suceder uma vez mais, estipula que a sua aplicação ocorrerá em caso de razões conjunturais e de mercado, motivos económicos ou tecnológicos, catástrofes e ainda após a declaração da empresa em situação económica difícil. Calcula-se o alcance e a multifacetada aplicação deste articulado, na perspectiva do patronato e de um governo como o actual...

Vidreiros prosseguem a luta

A indiferença do Governo perante os graves problemas que afectam a indústria vidreira e a ausência de medidas concretas tendentes a viabilizar as empresas paralisadas, conti-

nuam a estar na base dos conflitos laborais existentes na Companhia Industrial Vidreira (CIVE), na Marinha Grande, e da Vidreira da Fontela, na Figueira da Foz.

Na sequência de um elevado número de acções desencadeadas pelos trabalhadores destas duas empresas (a última das quais foi o corte ferroviário levado a cabo na última

semana no ramal ferroviário de Alfaiolos e na linha do Oeste), o pessoal da CIVE continua empenhado em prosseguir a luta até à satisfação das suas justas reivindicações.



Em plenário ontem realizado, os trabalhadores da CIVE (na foto, manifestando-se junto à empresa) decidiram exigir o pagamento do salário de Agosto e do subsídio de férias, assim como que a administração elabore até 15 de Setembro um plano do pagamento do total das dívidas aos trabalhadores

Recorda-se que no caso da Fontela os seus 700 trabalhadores só obtiveram esta semana a promessa de pagamento de três meses de salários dos 16 em atraso aguardando medidas do Governo que viabilizem a empresa bem como a atribuição do subsídio de desemprego até à sua concretização.

Quanto aos trabalhadores da CIVE, a sua luta é pelo pagamento de salários que estão há vários meses em atraso, contra o encerramento da empresa, por medidas do Instituto de Participações do Estado (IPE) que promovam a sua viabilização económica.

Em causa o futuro da Setenave

Trabalhadores repudiam pretensões do Governo

A decisão do Conselho de Ministros, aprovada na última semana, de solicitar aos ministros das Finanças e Energia e do Mar uma proposta sobre a Setenave «com vista ao seu redimensionamento, à racionalização do quadro dos seus trabalhadores», o que levará a «dispensa daqueles a que não possa ser assegurada ocupação» foi considerada pelos trabalhadores daquele estaleiro naval como um «golpe pelas costas», aplicado no preciso momento em que se sentiam legitimamente orgulhosos pela

importante vitória, alcançada dias antes, ao acabarem antes do prazo estabelecido o superpetroleiro S.106.

A expressão desse repúdio não se fez esperar, tendo os trabalhadores da Setenave saído para as ruas de Setúbal, em número de muitos milhares, para exprimir a sua recusa em aceitar quaisquer despedimentos na empresa e esclarecer a população sobre os reais propósitos do Governo chefiado por Mário Soares.

«Este acto criminoso mostra

bem o enfeudamento deste Governo aos interesses dos grandes monopolistas — refere o comunicado então distribuído na manifestação — pois vai ao encontro dos interesses publicamente manifestados pelo monopolista Mello e está subordinado às exigências recentemente impostas pelo FMI».

Depois de recordarem que «os trabalhadores sempre assumiram as suas responsabilidades», nunca deixando de apresentar propostas de solução quer para a empresa quer para o sector, os trabalhadores da Setenave reafirmam a sua disposição de desenvolver todas as acções tendentes a impedir as «pretensões do Governo PS/PSD», objectivos esses que na opinião dos trabalhadores «nada têm a ver com os interesses nacionais».

USS toma posição

Entretanto, o Secretariado da União dos Sindicatos de Setúbal tomou também posição pública acerca da situação na Setenave através de um comunicado onde refere que esta decisão governamental «não pode ser desligada da ofensiva mais vasta que o actual Governo está a desencadear contra os direitos e interesses dos trabalhadores e contra as conquistas do 25 de Abril».

«Não sendo inédita esta iniciativa em relação à Setenave — salienta a USS — é bem demonstrativa das reais intenções e da natureza dos interesses de classe que este Governo está apostado em defender» que no fim de contas vêm confirmar «todas as apreensões e denúncias que a CGTP tem manifestado quanto às

graves consequências para os trabalhadores e o País resultantes da aplicação de tal política».

Depois de frisar que a alternativa à política de «delapidação e de destruição da economia nacional» levada a cabo pelos sucessivos governos, passa inevitavelmente (no caso da Setenave como em outras empresas) pela «manutenção dos postos de trabalho, pela defesa da nacionalização» e, entre outras medidas, pela «reconversão da nossa frota de pesca e marinha mercante» o Secretariado da USS lembra que se as propostas dos trabalhadores tivessem sido tomadas em conta o País teria poupado cerca de «240 milhões de contos em divisas desde 1976 pelo afretamento de navios ao estrangeiro».

Bancários reclamam substituição da direcção

A defesa da banca nacionalizada, não permitindo a criação de bancos privados; a defesa dos postos de trabalho; a preparação de uma boa proposta de CCTV e a sua defesa intransigente nas negociações com qualquer governo; a substituição da direcção do SBSI com a respectiva reposição da dignidade no sindicato constituem algumas das tarefas consideradas imediatas para todos os bancários pelos membros do Conselho Geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SBSI) eleitos nas Listas Unitárias.

No comunicado dirigido à classe onde dão conta desta posição aqueles sindicalistas consideram que «substituir a direcção do SBSI não é um 'slogan' criado por motivos ideológicos», antes corresponde a «uma necessidade objectiva para a defesa dos interesses e direitos dos bancários».

Explicando as razões desta exigência o comunicado lembra alguns factos como sejam a

«má revisão do CCTV com retirada de regalias» feita pela actual direcção e que se traduziu entre outros aspectos pela «permissão de atribuição arbitrária de diferentes remunerações»; as «má revisões salariais» que não repuseram o poder de compra dos bancários; o «boicote ao processo reivindicativo de uniformização de regalias sociais e económicas»; a «má gestão do SAMS» caracterizada, por exemplo, pelo «aumento da comparticipação dos trabalhadores para manterem regalias que já possuíam»; a «má gestão» do próprio Sindicato; e, por último, a «tentativa repudiada pelos bancários de lhes retirar o direito de elegerem directamente a Mesa da Assembleia Geral e a Direcção do Sindicato».

Mas, se para os membros do Conselho Geral eleitos pelas Listas Unitárias a substituição da direcção do Sindicato «é um imperativo para a defesa da banca nacionalizada e para a não permissão da aber-

tura de bancos privados», condicional para a «manutenção dos postos de trabalho», tal mudança é igualmente indispensável para que se criem as condições necessárias para a «elaboração de propostas de CCTV e tabelas justas e correctas» a negociar com qualquer governo.

Para a concretização destes objectivos e tendo em vista a «reposição da dignidade no nosso sindicato», os membros das Listas Unitárias após reunião plenária recentemente realizada decidiram constituir uma comissão executiva de cinco membros com vista à «execução de acções» que levem à concretização «da vontade de um cada vez maior número de bancários das mais diversas opções político-ideológicas. Neste sentido — conclui o comunicado — deve a comissão executiva promover logo que conveniente o lançamento de um abaixo-assinado que aponte para a substituição da actual direcção do SBSI através de eleições antecipadas».

Sector naval e mercante

Viabilizar não é despedir

Não aceitar os argumentos falaciosos do Governo que alegam a «crise internacional» para justificar medidas contracionistas no sector, recusar o «Plano Mello» que prevê a entrega do sector; aquele grupo monopolista; exigir a nacionalização do capital que José Manuel de Mello detém na Lisnave e na Parry & Son; lutar decididamente contra quaisquer despedimentos que o Governo intente concretizar no sector — constituem algumas das propostas aprovadas pelos membros dos órgãos representativos dos trabalhadores (ORT's) da indústria naval, pescas e marinha mercante reunidos em Encontro Nacional, na passada semana, em Lisboa.

Na resolução que aprovaram, os trabalhadores exigem do Governo, designadamente dos ministérios da Indústria e do Mar, a discussão com as ORT's das propostas por si anteriormente apresentadas que

consideram indispensáveis para enfrentar a crise naqueles sectores.

Os trabalhadores sublinham que a solução para os problemas existentes passa pela viabilização das empresas através da restauração das frotas de pesca e mercante nacionais, encargo este que representaria um investimento considerável no desenvolvimento da economia nacional e permitiria a curto, médio e longo prazo dar trabalho aos estaleiros.

O «ataque feroz e cego ao sector nacionalizado», que passa pela venda de navios e pelo encerramento de empresas de pesca, foi repudiado pelos presentes que manifestaram, por outro lado, o empenho dos trabalhadores da indústria naval, pescas e marinha de comércio na realização do Encontro Nacional do Sector Nacionalizado marcado para o próximo dia 1 de Setembro.

Na marinha mercante a sangria de divisas continua

Oitenta milhões de contos em divisas, tal será o valor que o nosso País terá de pagar no corrente ano por afretamento de barcos estrangeiros, agravando deste modo ainda mais o défice da balança de pagamentos.

A informação foi prestada pela CGTP-IN em comunicado à imprensa no qual se afirma que esta situação se deve ao facto de a frota mercante nacional estar «velha e inadequada», não ser capaz de «assegurar o transporte de mercadorias de e para Portugal».

«Enquanto isto sucede — alerta contudo a central sindical — as empresas de construção naval (Lisnave, Setenave, etc.) enfrentam gravíssimos problemas porque não têm trabalho».

Levando em conta exactamente esta situação lesiva dos interesses nacionais a CGTP propôs na segunda reunião que efectuou com o Executivo dirigido por Mário Soares a imediata constituição de uma comissão onde estivessem representados o Governo, os trabalhadores e as administrações das empresas da Marinha Mercante, das pescas e da construção naval, com o objectivo de «elaborar um plano visando a renovação e modernização da frota mercante e pesqueira nacional» com o evidente benefício que isso traria para o País ao poupar milhões de contos de divisas, e assim contribuir para a resolução da grave crise no sector.

Assim não o entendeu o Governo que em resposta à proposta da CGTP se limitou a dizer não estar «preparado para discutir tal questão», comportamento este

que a central unitária dos trabalhadores portugueses classificou de «irresponsável e de total incompetência», responsabilizando-o desde já pelos «grandes conflitos sociais que inevitavelmente surgirão, a muito curto prazo naqueles três sectores em consequência da política ruinosa prosseguida pelo Governo PS/PSD».

Dívidas do patronato à Previdência já vão em 60 milhões de contos

O valor das dívidas do patronato à segurança social eleva-se já a mais de 60 milhões de contos, denunciou em comunicado a CGTP, para quem tal situação está a «contribuir para lançar na mais negra miséria cerca de um milhão e meio de reformados».

Reportando-se ao relatório e contas elaborado pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social no qual se diz que as dívidas à «previdência» aumentaram entre Dezembro de 1981 e Dezembro de 1982 mais de 80 por cento, atingindo no final deste último ano cerca de 50,8 milhões de contos, o comunicado da CGTP salienta que no entanto neste valor «não estão ainda incluídas as letras aceites pelo patronato mas que se encontram na posse da banca e que somam vários milhões de contos».

Por esta razão, acentua a central sindical, e porque certamente a tendência de aumento verificada no ano anterior não parou, a dívida actual do patronato à segurança social «ultrapassa seguramente os 60 milhões de contos».

Depois de denunciar a atitude quer do Conselho directivo do IGFSS quer da própria secretaria de Estado

da Segurança Social por pretenderem encobrir esta «acção delitosa do patronato», a CGTP refere que apesar de ter solicitado por diversas vezes aquelas duas entidades os nomes dos principais devedores à Segurança Social, no sentido de poder «desenvolver esforços visando a recuperação das dívidas» continua sem obter delas qualquer resposta, numa clara violação da lei.

Exames para professores?

Em comunicado de Imprensa divulgado recentemente, a Federação Nacional de Professores (FENPROF) refere que «é intenção do Ministério da Educação organizar uma prova a nível nacional para todos os professores de Trabalhos Manuais e 12.º grupo que se recusaram a prestar prova escrita após os seminários presenciais».

«Esta prova», revela a FENPROF, «na óptica do ME, deveria ter a duração de uma hora e trinta minutos e seria em tudo idêntica a um exame nacional que abrangia toda a matéria».

A Federação dos docentes recusa frontalmente esta ideia do Ministério de Augusto Seabra, considerando-a, «desde já», ilegal, absurda e atentatória dos direitos e deontologia dos professores.

Em conclusão: o Ministério quer instituir para os professores o que já aboliu para os alunos e quer «alijar as suas responsabilidades relativamente aos cursos, tentando fazer cair sobre os professores, em férias, os custos dos erros e incapacidades das estruturas do Ministério».

Internacional

Novas propostas soviéticas a favor da paz e do desarmamento

No seguimento de várias propostas tendentes a assegurar a paz no mundo e a diminuir os riscos de uma guerra nuclear, o dirigente soviético Iuri Andrépov avançou na passada semana mais uma iniciativa que, ao mesmo tempo, constitui nova prova de boa-vontade da União Soviética: o chefe de Estado da URSS anunciou que o seu país não será o primeiro a instalar no espaço armas anti-satélite enquanto outras potências, nomeadamente os Estados Unidos, se absterem de o fazer.

A decisão da direcção do Estado soviético, enquadra por Andrépov nas propostas da URSS sobre um acordo para a «proibição total de ensaios e instalações de qualquer arma de estacionamento no espaço que vise objectivos em terra assim como no espaço aéreo ou cósmico», foi anunciada durante uma recepção oferecida no Kremlin a uma delegação de senadores dos Estados Unidos que aí se encontravam em visita a convite do parlamento soviético.

«Desejávamos que os Estados Unidos seguissem este exemplo», afirmou Iuri Andrépov que sublinhou também o facto de tal decisão constituir uma nova demonstração concreta da boa vontade da URSS de consolidar de facto a paz e a segurança dos povos.

O cálculo perigoso

Como se sabe, a administração Reagan respondera desfavoravelmente a uma anterior proposta soviética que revelava a boa vontade da URSS em encontrar meios de afastar o perigo de uma guerra nuclear e de encontrar base sólida para uma negociação sobre o desarmamento. A iniciativa, que consistiu então em declarar que a URSS se comprometia a não ser o primeiro país a acionar o dispositivo nuclear, propôs aos EUA que imitassem essa resolução, não encontrou acolhimento favorável por parte de Washington. Mais

a URSS como para a NATO, Andrépov adiantou que, no caso da NATO, a redução afectaria apenas os meios aéreos, «enquanto que, para a parte soviética, «se reflectiria igualmente nos mísseis, nomeadamente numa quantidade considerável dos SS-20. Resultaria daí que a União Soviética disporia de um número de mísseis e de ogivas substancialmente inferior ao de 1976».

Apoios

Se até agora o governo dos Estados Unidos não manifestou qualquer reacção favorável à iniciativa soviética, não deixa de ser significativo o acolhimento, por parte de aliados dos EUA, reservado às propostas da URSS.

O ministro dos Negócios Estrangeiros da RFA, por exemplo, classificou de «construtiva para o desarmamento» a decisão tomada, afirmando ao mesmo tempo que é necessário aproveitar todas as propostas construtivas sobre a questão. Por seu lado, o vice-ministro da Defesa daquele país afirmou que os Estados Unidos deveriam aceitar a proposta soviética.

Caspar Weinberger, o secretário de Estado norte-americano, entretanto, mostrou-se «surpreendido» com a proposta da URSS, tendo demonstrado pouca receptividade a tais iniciativas e afirmando que o início da instalação dos *pershing* na RFA continua previsto para Dezembro, apesar das anomalias registadas com as experiências efectuadas com tais engenhos.

A instalação dos *pershing* continua a sofrer contestação. Não apenas a que vem a lume nas ruas, reunindo milhares e milhares de manifestantes. Também o dirigente do SPD, Partido social-democrata da

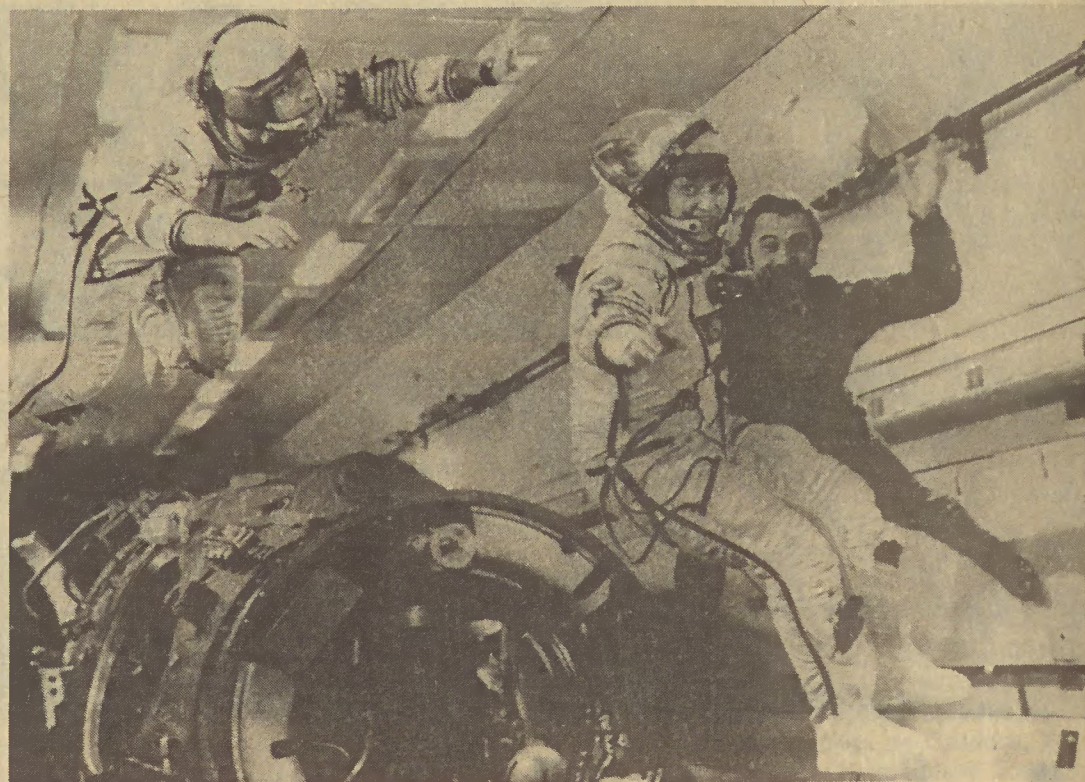
RFA, Egon Bahr, em entrevista recentemente concedida, propôs que as armas atómicas sejam retiradas dos países europeus que «não são directamente potências nucleares», criando-se desse modo uma zona livre de armas atómicas na Europa.

A posição unilateral da URSS, propondo-se não ser o primeiro país a instalar no espaço armas anti-satélites, foi saudada pelo secretário-geral das Nações Unidas, Perez de Cuellar, que considerou tal posição especialmente importante para impedir a proliferação de armamentos no espaço.

O tema da desmilitarização do espaço foi entretanto proposto pela União Soviética para que seja inscrito na agenda da 38.ª sessão da Assembleia Geral das Nações Uni-

das. Andrei Gromiko, vice-presidente e ministro dos Negócios Estrangeiros do governo soviético, em carta ao secretário-geral da ONU, sugeriu um debate «sobre a assinatura de um tratado de proibição do emprego da força no espaço cósmico bem como do seu emprego a partir do espaço contra instalações terrestres».

Gromiko, que denunciou planos existentes de criação de armas cósmicas como particularmente perigosos, manifestou-se ainda pela proibição de utilização de naves espaciais pilotadas para fins militares, sublinhando que astronautas e cosmonautas deveriam limitar-se ao «cumprimento de tarefas científicas, técnicas e económicas», devendo o cosmos ser aproveitado apenas para fins pacíficos.



O espaço cósmico não deve ser lugar de guerra. Tal é o conteúdo essencial da proposta soviética que visa a assinatura de um acordo impedindo a utilização do espaço para a instalação de armas anti-satélite ou de armas contra instalações terrestres. Ficando laboratório onde importantes experiências científicas têm sido levadas a cabo, o espaço deve ser um lugar de paz. Para toda a humanidade. Na foto: astronautas soviéticos durante uma experiência

Argentina

Forças políticas e sociais mobilizam-se em vésperas de eleições

Atravessada por numerosas contradições, a realidade política argentina encontra-se em período de mudança, acelerado desde que há pouco mais de duas semanas foram revogados os decretos promulgados após o golpe militar de 1976 que limitavam as actividades dos partidos políticos e das organizações sindicais.

Embora o general Reynaldo Bignone, o actual presidente, haja sublinhado que o estado de sítio não será por enquanto levantado e só agora os decretos limitadores das actividades políticas tenham sido revogados, aquele vasto país da América do Sul vem assistindo, desde o princípio do ano, a uma ampla movimentação política: a actividade efectiva de partidos e organizações sindicais começou de facto «sem ordem» e uma grande mobilização começou já com vistas às eleições prometidas para 30 de Outubro. O governo militar anunciou a entrega do Poder a novas autoridades constitucionais para 30 de Janeiro do próximo ano. Até lá muita água vai correr sob as pontes.

Panorama complexo

Duas grandes forças se opõem hoje à direita detentadora do Poder na Argentina. Por um lado a União Cívica Radical a cuja liderança ascendeu recentemente Raul Alfonsín, fundador e representante da tendência «Renovação e Mudança» dentro do partido fundado nos finais do século passado e expressão da média burguesia nacional. Por outro, os peronistas de esquerda aos quais os comunistas anunciaram o seu apoio.

A tendência progressista no interior da União Cívica Radical viu, nas últimas eleições realizadas dentro do partido, triunfar os seus pontos de vista sobre a ala conservadora, aumentando desse modo a possibilidade de constituir-se num sério concorrente dos peronistas. Hoje com mais de milhão e meio de filiados e com uma proposta económica que pretende corresponder às aspirações da burguesia afectada pela orientação do regime actual, a UCR vai apresentar-se

às eleições como se, se não fosse ela a ganhar, chegasse o dilúvio.

«Democracia ou Caos» é o seu lema, pretendendo integrar na palavra de ordem um pro-

Telegrama do PCP

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português enviou no passado dia 18 à Câmara Nacional Eleitoral da Argentina um telegrama do seguinte teor:

«Esperando que os princípios democráticos triunfem na Argentina nesta importante fase da vida nacional, juntamos a nossa voz às daqueles que se pronunciam pela importância do reconhecimento eleitoral nacional do Partido Comunista da Argentina».

grama onde se acotovelam os princípios do livre mercado com a manutenção só do domínio estatal de sectores-chave (petróleo, energia, etc.). Elegendo a «livre concorrência» como motor da economia, a plataforma da UCR é no entanto aberta às exigências no campo das liberdades democráticas, da educação e da cultura, da comunicação social livre. Isto a par de cedências no que toca à «defesa das instituições» contra o terrorismo, mantendo e prevendo forças especiais para o combater.

No campo da política internacional também a UCR não deixa de apresentar aberturas importantes, defendendo nomeadamente a participação da Argentina no Movimento dos Não Alinhados, pronunciando-se pela paz, pelo desarmamento e pela insistência na defesa da soberania sobre as Malvinas, tema caro ao povo e hostil à direita que preconiza o fim das hostilidades com a Grã-Bretanha.

Não recusando «a priori» alianças parlamentares para governar, a UCR apresenta-se

como a alternativa à proposta defendida pelos comunistas e de algum modo pelos peronistas. Entretanto, a pouca implantação na classe operária e nos trabalhadores deixa os radicais em posição de terem de discutir duramente as eleições, fazendo da «bipolarização» um dos argumentos da batalha que se aproxima.

«Libertação ou dependên-

cia», declarou no fim-de-semana passado que vai apoiar os candidatos peronistas às eleições de 30 de Outubro, esclarecendo que o apoio do PCA se funda «em propostas programáticas coincidentes e no desejo de contribuir para uma democracia verdadeira e estável que resolva os problemas socioeconómicos urgentes e avance para a libertação do país».

O apoio do PCA aos peronistas surge na sequência de reuniões e debates entre estes e vários partidos de esquerda para a formação de uma frente eleitoral que apoiará com uma lista própria o candidato presidencial peronista. Participaram nas reuniões com o vice-presidente do Movimento Justicialista (peronista) Deolindo Bittel, dirigentes dos Partidos Comunista, Conservador Popular, Socialista Unificado, Frente da Esquerda Popular, Confederação Socialista, Movimento de Recuperação Tucumana e Movimento Sanjuanino «12 de Maio». A nova frente eleitoral, que pode vir a denominar-se «Convergência para a Libertação Nacional» tem já augurada



uma vitória do seu candidato por uma «sondagem secreta» atribuída a um organismo de «espionagem estatal» e publicada na imprensa de Buenos Aires.

Apesar de sublinhar que «pela primeira vez em várias décadas um candidato do Partido Radical, Raul Alfonsín, parece ter capacidade de disputar com alguma possibilidade de êxito o triunfo eleitoral do peronismo», o relatório prevê o triunfo de Italo Luder, apontado como provável candidato peronista, ao mesmo tempo que prevê para Dezembro e não para Janeiro próximo a data da passagem do Poder ao governo constitucional a eleger.

Entretanto, e ao mesmo tempo que as máquinas partidárias se vão mobilizando com vista às eleições, as movimentações políticas não cessam de crescer. Na passada sexta-feira, uma manifestação de repúdio pelo projecto de lei de amnistia elaborado pelas autoridades militares, reuniu na capital mais de 40 mil pessoas.

A manifestação foi convocada por organizações defensoras dos direitos humanos e pelas juventudes dos partidos Radical, Peronista, Democrata-Cristão, Comunista, Desenvolvementista, Intransigente, Socialista e Conservador Popular. O Prémio Nobel da Paz, Perez Esquivel, e as «mães da Praça de Maio» abriram o desfile em que participaram dirigentes de partidos políticos juntamente com representantes da hierarquia católica e da comunidade judaica.

(Sobre a Argentina, ler no Suplemento desta edição: «As avós da Praça de Maio»)

República Dominicana

Governo social-democrata desencadeia a repressão

A prisão de mais de uma centena de dirigentes e militantes revolucionários dominicanos, a detenção e posterior expulsão do território da República Dominicana de duas dirigentes da Federação de Mulheres Cubanas e a repressão indiscriminada contra o amplo movimento de massas que se desenvolveu naquele país em torno de reivindicações dos trabalhadores e em defesa das liberdades conquistadas constituem os factos mais salientes da actual situação dominicana.

O Governo do Partido Revolucionário Dominicano, encabeçado por Salvador Jorge Blanco, desencadeou esta campanha repressiva em 9 do corrente, campanha dirigida principalmente contra o Partido Comunista mas também contra toda a esquerda, agrupada na frente de organizações da «Esquerda dominicana» (ID).

O pretexto é velho como todas as razões apresentadas quando os governos se tornam subservientes do imperialismo. A repressão foi desencadeada baseando-se na falsa acusação de que os militantes de esquerda agora presos pretendiam «subverter a ordem pública» e «derrubar o governo legalmente constituído».

Através dessa operação antidemocrática, os militantes prenderam mais de 100 dirigentes e militantes do Partido Comunista Dominicano (PCD) e de outras organizações de esquerda. Carlos Dore y Cabral, membro do Bureau Político do PCD, Leonardo Mercedes, Edgar Erickson, Tancredo Vargas, Miguel Medina, Alejandro Rodríguez, Persio Pérez, Wellington Peterson e Victor Morales são alguns dos nomes de dirigentes e militantes revolucionários agora nas cadeias.

Os argumentos utilizados pelos social-democratas no poder e pelos militares pro-imperialistas pretendem encobrir os planos reaccionários postos em marcha pelos Estados Unidos para conseguir uma viragem mais à direita do governo do país, quando têm sido malogrados os esforços deste para conter as manifestações populares de protesto contra a política económica seguida.

As acções repressivas têm-se verificado numa situação em que milhares de trabalhadores fazem greves e organizam manifestações de protesto pelo agravamento da crise económica e pelo incumprimento, por parte do Governo, das promessas eleitorais. Ao mesmo tempo, a crescente influência dos Estados Unidos e de sua política militarista na região junto de alguns sectores mais reaccionários das Forças Armadas, não é estranha à repressão desencadeada. Como o não é a nomeação do general Oscar Medrano para ministro do Interior, um militar fascista, estritamente ligado aos serviços secretos dos EUA.

O Governo do PRD, filiado na Internacional Socialista, recuou ante as pressões dos militares de direita e de Reagan, comprometendo-se a seguir as suas instruções e aceitando nomear oficiais ditatorialistas para postos de comando, ao mesmo tempo que permite a reactivação de grupos fascistas no seio do exército.

Estes perigosos sinais de militarização do regime dominicano e a repressão desencadeada favorecem directamente os planos de Reagan para toda a América Central e corresponde às intenções dos EUA de incrementar as agressões na zona.

alternativa popular, democrática e nacional.

O vosso congresso tem lugar num momento em que o imperialismo norte-americano e os círculos mais agressivos da NATO, prosseguindo e intensificando a sua perigosa política belicista e agressiva, tentam fazer inverter o curso irreversível do processo revolucionário, pondo em perigo a paz mundial.

Na América Central e Caríbas, o imperialismo norte-americano recorre diariamente a ameaças e ingerências cada vez mais perigosas, pondo em acção toda a sua política de guerra bem patente nas actuais manobras conjuntas com o governo reaccionário das Honduras, visando desestabilizar e destruir a Revolução na Nicarágua e aniquilar a luta heroica do povo de El Salvador e da Guatemala.

O PCP está firme e activamente solidário com a revolução nicaraguense, com Cuba socialista, alvos cons-

tantes do imperialismo norte-americano, e ainda com a luta dos povos da América Latina contra o fascismo, o imperialismo, pela paz, pela democracia, o progresso social e o socialismo.

Os comunistas portugueses consideram de capital importância o reforço da cooperação de todas as forças revolucionárias, progressistas, amantes da paz para derrotar os sinistros planos imperialistas.

A terminar, afirma ainda o CC do PCP:

O PCP, expressando-vos os seus sinceros desejos de grandes êxitos nos trabalhos do vosso Congresso, manifesta-vos a sua vontade de continuar a agir para o reforço dos laços de amizade e solidariedade existentes entre o PCP e o PSUM, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, e no interesse do reforço da unidade do movimento comunista internacional e de todas as forças revolucionárias e anti-imperialistas.

Saudação do PCP ao PSU do México

Por ocasião do II Congresso do Partido Socialista Unificado do México, o CC do PCP enviou ao CC do PSUM uma mensagem em que se saúdam «todas as delegadas e, por seu intermédio, os militantes do vosso Partido e o povo trabalhador do México».

Prossegue a saudação: O PCP tem seguido, com interesse e atenção, o processo de formação do vosso Partido e os esforços que o PSUM desenvolve no sentido do reforço da unidade do movimento popular e das forças da esquerda, impulsionando a luta contra a desastrosa política do económica governo, cujos pesados custos atingem duramente os trabalhadores e o povo mexicano.

O PCP expressa a sua solidariedade à luta que o vosso partido trava em defesa dos interesses da classe operária e dos trabalhadores, pela eliminação de formas repressivas e discriminatórias na acção partidária e sindical, e por uma

Tchad

Ingerência francesa em «promoção»

Ao mesmo tempo que se alarga o protesto e se manifestam preocupações, por parte de organizações e de países progressistas relativamente à escalada francesa e americana no Tchad, um pouco por todo o mundo, a França faz aumentar o seu potencial bélico naquele país africano em ajuda desesperada ao regime de Habré. O empenhamento de Paris e do Governo Mitterrand ao lado do neo-colonialismo sobre de tom. E de patente. Desta vez um general, Jean Poli, comandante-chefe da «operação manta» foi enviado para N'Djamena dirigir as operações das tropas francesas que, apesar de aumentarem todos os dias os seus efectivos, ainda são considerados insuficientes pelos comparsas de Habré.

A Federação Sindical Mundial, em declaração que tornou pública, protestou veementemente contra a «escalada da ingerência americana e francesa nos assuntos internos do Tchad», afirmando que os Estados Unidos e a França «procuram internacionalizar a guerra civil naquele país e dividir os países africanos».

Por seu lado, a Tunísia e a Líbia exprimiram a sua «grave

preocupação pelo prosseguimento do conflito armado», em comunicado conjunto publicado no termo da visita de Kadhafi à Tunísia, tendo os dois Estados apelado à «restauração da paz e à cessação da ingerência estrangeira nos assuntos internos do Tchad, de acordo com as recomendações da OUA».

Entretanto, a alegada participação das forças líbias no conflito do Tchad serve ainda de

pretexto para a escalada da «ajuda» francesa. Isto apesar de o Governo de União Nacional de Transição do Tchad (GUNT) multiplicar as suas propostas de conciliação e de cessação da guerra, tal como recentemente ainda o fez, pronunciando-se pela solução pacífica do problema no quadro da Organização de Unidade Africana (OUA). Em mensagem dirigida a Mengistu Haile Mariam, chefe de estado da Etiópia e actual presidente da OUA, o presidente do GUNT, Gukuni, solicitou à Organização que contribua para o «fim imediato da agressão americana, francesa e zaireense ao Tchad, para a retirada das tropas estrangeiras do país e o exercício pelo povo tchadiano do direito de escolher o seu próprio futuro».

Enquanto vêm a lume algumas contradições entre Washington e Paris sobre a autoria das iniciativas da ajuda ao regime de Habré, defenden-

do-se Mitterrand das afirmações de Caspar Weinberger que disse terem os aviões «awacs» sido enviados para a zona a pedido do presidente francês, tais ajudas por parte da França conhecem um importante incremento.

As declarações de Mitterrand são aliás contraditórias. Enquanto pretende que o exército francês não tencionou intervir no Norte do Tchad, nomeadamente na batalha de Faya-Largeau, embora pressionado a fazê-lo pelos Estados Unidos, confessa, por outro lado, que o número de militares das forças francesas poderão atingir os três mil homens.

A escalada prossegue: em N'Djamena encontram-se seis aviões de combate e quatro de reabastecimento em voo, aí colocados pela França. A imprensa americana divulga entretanto que são 14 os aviões franceses de combate colocados naquela cidade do Tchad — 10 aviões de assalto «Jaguar» e

quatro caças-bombardeiros «Mirage». Embora Paris pretenda fazer crer que os aviões colocados no Tchad servirão exclusivamente para defender as forças francesas se estas forem atacadas, o poderoso armamento de que dispõem e a autonomia de voo sem reabastecimento — 1200 quilómetros — indicam que as intenções são outras e que as forças francesas se preparam para actuar muito para além das linhas onde os pára-quedistas se encontram a «instruir e a treinar» as forças de Habré.

O estendal de forças francesas no Tchad, apesar de recentemente alargado e reforçado e apesar das promessas de aumentar, parece não ser ainda considerado suficiente pelo regime fantoche de Habré. É pelo menos essa a opinião do ministro da Informação do regime que afirmou recentemente considerar «o papel dissuasor que a França adoptou pela sua presença militar» como «demasiadamente limitativo».